



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL**

**PRECARIZAÇÃO SALARIAL DO SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO DE
CASO NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS- BA**

UELINTON DA CONCEIÇÃO FABIANO

CACHOEIRA –BAHIA

2018

UELINTON DA CONCEIÇÃO FABIANO

**PRECARIZAÇÃO SALARIAL DO SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO DE
CASO NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS- BA**

Trabalho de Conclusão de Curso Apresentado ao Colegiado do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como pré-requisito para a obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr^a. Jucileide Ferreira do Nascimento
Coorientadora: Prof. Ms Maria Gorete Borges

CACHOEIRA- BAHIA

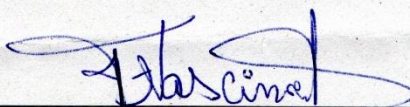
2018

UELINTON DA CONCEIÇÃO FABIANO


“PRECARIZAÇÃO SALARIAL DO SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO NO
MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS- BA.”

Cachoeira – BA, aprovada em 04 de abril de 2018.

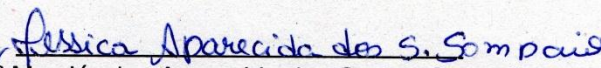
BANCA EXAMINADORA



Profª Dra. Jucilide Ferreira do Nascimento
Presidente da Banca Examinadora



Profª Ms. Maria Gorete Borges Figueiredo
Membro da Banca Examinadora



Profª Ms. Jéssica Aparecida dos Santos Sampaio
Membro da Banca Examinadora

*A Humberto Henrique Oliveira de
Cerqueira pela compreensão, incentivo,
amor e generosidade.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a **mim** por me redescobrir como ser humano, e descobrir uma determinação que nem eu genuinamente saberia que encontraria; por me permitir tornar autor do meu próprio destino, e por não me deixar ceder mesmo nas horas mais obscuras de angústia e incerteza.

Agradeço a **Beto** companheiro de todas as horas, pelo carinho, compreensão, incentivo nas horas difíceis, amor e generosidade. Seria impossível chegar até aqui sem seu incondicional apoio.

Agradeço a minha querida mãe **Cecília** que dentro de seus limites e possibilidades, me proporcionou apoio e incentivo.

Agradeço a **Cássia Maria** e **Fátima Araújo (Fá)** mães amorosas que me acolheram no seio de seus lares e famílias, e me possibilitaram enxergar o mundo sob novas perspectivas.

Agradeço a minha irmã **Quele Fabiano** e meus irmãos de vida **Franz Arnaldo** e **Filipe Arnaldo** pelo constante apoio e incentivo no meu crescimento profissional e intelectual.

Agradeço aos amigos **Elias Fernandes**, **Tiago Silva**, **Mariana Bertino**, **Deyse Silveira**, **Geisa Araújo**, **Márcia Silva**. Companhias inestimáveis sem as quais essa trajetória seria muito mais árdua.

Agradeço às professoras **Dra. Jucileide Nascimento** e **Ms. Jéssica Aparecida** e em especial a professora **Ms. Maria Gorete Borges** que, com muita paciência e de forma generosa e humana, dedicou do seu valioso tempo para me orientar em cada passo deste trabalho, as suas contribuições foram um divisor de águas na construção de trabalho.

Agradeço esta **Universidade**, ao **Centro** e ao **Colegiado de Serviço Social**, seu corpo **docente** e **discente**, pelo ambiente crítico e reflexivo que me proporcionou uma formação pública, consistente e de qualidade, norteado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

Em fim **AGRADECER**.

*“...Subiu a construção como se fosse
máquina*

Ergueu no patamar quatro paredes sólidas

Tijolo com tijolo num desenho mágico

*Seus olhos embotados de cimento e
lágrima...”*

Chico Buarque de Holanda

RESUMO

O presente documento intitulado: Precarização Salarial do Serviço Social: Um estudo de caso no município de Cruz das Almas-Ba. É primordialmente fruto das inquietações que se desenvolveram ao longo do processo de formação profissional, além disso, este material produzido destina-se a ser útil na medida em que propõem traçar uma real dimensão dos elementos que inviabilizam o exercício profissional. Teve como componente norteador a reflexão em torno das complexidades inerentes entre o vínculo de trabalho e a remuneração de trabalho dos profissionais que se estabelecem no município. Possibilitou ainda compreender e problematizar junto aos profissionais de Serviço Social, as inquietações da categoria profissional em relação a sua remuneração salarial. O método empregado neste estudo se estabeleceu dentro de uma abordagem de pesquisa qualitativa, as técnicas de pesquisa empregadas constituíram através de levantamento bibliográfico, entrevistas e observações. O estudo apresentou conceitos e definições necessárias, para a reflexão acerca do Serviço Social, e sua particularidade histórica no Brasil, também se fez necessário sintonizar as entidades representativas da profissão no país bem como suas competências e importância. Coube conseqüentemente discutir a categoria “Trabalho” dentro do Serviço Social e as contradições existentes, dado a isso, houve a necessidade de estabelecer um link da profissão na perspectiva do Cenário atual, retratou-se também a inserção da profissão no Recôncavo da Bahia, bem como analisando a importância da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), seus aspectos formadores, e a relevância dela para a região supracitada. Diante da realidade evidenciada nos dados coletados com a pesquisa empírica dentro da perspectiva crítica dialética, evidenciou que o exercício profissional está diretamente ligado as conseqüências da reestruturação produtiva do capitalismo e seus rebatimentos junto a classe trabalhadora, concomitantemente observou-se certas inconsistências nos posicionamentos políticos ideológicos, bem como a necessidade do fortalecimento da categoria profissional dentre outras questões para reflexão no que confere a efetivação do exercício profissional.

Palavras-chaves: Serviço Social; Trabalho e Precarização Salarial.

ABSTRACT

This document entitled: Wage Precarization of Social Work: A case study in the municipality of Cruz das Almas-Ba. It is primarily a result of the concerns that have developed during the vocational training process. In addition, this material is intended to be useful in that it proposes to draw a real dimension of the elements that prevent professional practice. It had as a guiding component the reflection about the inherent complexities between the work bond and the remuneration of work of the professionals that are established in the municipality. It also made it possible to understand and problematize with Social Work professionals the concerns of the professional category in relation to their salary remuneration. The method employed in this study was established within a qualitative research approach, the research techniques employed were through bibliographic survey, interviews and observations. The study presented concepts and definitions necessary for reflection on Social Service, and its historical particularity in Brazil, it was also necessary to tune in the representative entities of the profession in the country as well as their competences and importance. It was therefore necessary to discuss the category "Work" within the Social Work and the existing contradictions, given that, there was a need to establish a link of the profession in the perspective of the current Scenario, also portrayed the insertion of the profession in the Recôncavo of Bahia, as well as an analysis of the importance of the Federal University of Recôncavo da Bahia (UFRB), its formative aspects, and its relevance to the aforementioned region. Faced with the reality evidenced in the data collected with the empirical research within the dialectical critical perspective, it has shown that the professional exercise is directly linked to the consequences of the productive restructuring of capitalism and its refutations with the working class, concomitantly observed certain inconsistencies in the ideological political positions , as well as the need to strengthen the professional category among other issues for reflection in what confers the effectiveness of professional practice.

Keywords: Social Service; Work and Wage Precarization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Sexo dos Assistentes Sociais no Brasil.	38
Figura 2 Sobre a faixa etária dos profissionais de Serviço Social no Brasil.	39
Figura 3 Sobre a instituição do principal vínculo empregatício dos Assistentes Sociais no Brasil.	39
Figura 4 Sobre o principal tipo de vínculo empregatício do Assistentes Sociais do Brasil.	40
Figura 5 Sobre a carga horária de trabalho dos Assistentes Sociais no Brasil.	41
Figura 6 Sobre Nível salarial dos Assistentes Sociais no Brasil.	41
Figura 7 Sobre a Formação profissional do Assistentes Sociais no Brasil.	42
Figura 8 Sobre o conhecimento da categoria acerca da legislação do Serviço Social no Brasil.	43
Figura 9 Sobre a participação política dos profissionais em movimentos e conselhos de direitos no Brasil.	43
Figura 10 Sobre a frequência dos profissionais em movimentos políticos no Brasil.	44
Figura 11 Sobre a situação dos profissionais junto aos movimentos partidários no Brasil.	44
Figura 12 Dispõe sobre a participação dos profissionais em conselhos de direito.	45

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Sexo dos profissionais de Serviço Social entrevistados – Cruz das Almas- Ba - 2018	55
Gráfico 2 Faixa de Idade dos profissionais de Serviço Social entrevistados – Cruz das Almas- Ba - 2018	56
Gráfico 3 Formação Profissional dos profissionais de Serviço Social entrevistados – Cruz das Almas- Ba - 2018	56
Gráfico 4 Tempo de Atuação dos profissionais de Serviço Social entrevistados – Cruz das Almas- Ba - 2018.....	57
Gráfico 5 Carga horária de trabalho dos profissionais de Serviço Social entrevistados por instituição que mantém vínculo – Cruz das Almas – Ba 2018	59
Gráfico 6 Vínculo empregatício dos profissionais de Serviço Social entrevistados – Cruz das Almas – Ba - 2018	60
Gráfico 7 Faixa salarial dos Profissionais de Serviço Social entrevistados – Cruz das Almas – Ba - 2018	62
Gráfico 8 Opinião dos profissionais entrevistados a respeito da faixa salarial considerável para o atendimento das suas expectativas e da categorial – Cruz das Almas – Ba - 2018	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quantidade de Instituições que os profissionais de Serviço Social entrevistados atuam - Cruz das Almas - BA - 2018	58
Quadro 2: Opinião dos profissionais de Serviço Social entrevistados, sobre a mobilização da categoria a respeito da aprovação do piso salarial - Cruz das Almas- BA- 2018.	66

LISTA DE SIGLAS

- ABAS** - Associação Brasileira de Assistentes Sociais
- ABEPSS** - Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social
- ABESS** - Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social
- AUR**- Arranjo Urbano Regional
- CAHL** - Centro de Artes Humanidades e Letras
- CE** – Código de Ética
- CEAS** - Centro de Estudos e Ação Social
- CFESS** - Conselho Federal de Serviço Social
- CLT** – Consolidação das Leis Trabalhistas
- CRESS** - Conselho Regional de Serviço Social
- EAD** – Educação a Distância
- FAESF/UNEF**- Faculdade de Ensino Superior da Cidade de Feira de Santana
- FAMAM** - Faculdade Maria Milza
- FBBR** - Faculdade Batista Brasileira Do Recôncavo
- FDP II** - Faculdade Dom Pedro II
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LBA** - Legião Brasileira de Assistência
- LULA** – Luiz Inácio Lula da Silva
- PDE** - Plano de Desenvolvimento da Educação
- PNAD** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
- REUNI** - Restruturação e Expansão das Universidades Federais
- SUS** - Sistema Único de Saúde
- UFAL** – Universidade Federal de Alagoas
- UFBA** – Universidade Federal da Bahia
- UFRB** – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
- UNIFACS** - Universidade Salvador
- UNOPAR** - Universidade Norte do Para

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
2.SERVIÇO SOCIAL E UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICA DA PROFISSÃO NO BRASIL	17
2.1 Particularidade Histórica da Profissão no Brasil.....	17
2.2 Entidades representativas da profissão; Conjunto CFESS/CRESS papéis e atribuições.....	23
2.3 Trabalho, Serviço Social e Contradições.	32
2.4 O Serviço Social e o Cenário atual.	37
3.O SERVIÇO SOCIAL NO RECÔNCAVO DA BAHIA	46
3.1 O Recôncavo e a UFRB, Considerações.	46
3.2 O Serviço Social e a UFRB Aspectos Formadores.	47
4.O SERVIÇO SOCIAL, VINCULOS E CENÁRIO DE REMUNERAÇÃO PROFISSIONAL EM CRUZ DAS ALMAS- BA.....	53
4.1 O Município.	53
4.2 Os Vínculos Profissionais.	54
4.3 Exercício profissional e Inquietações da categoria profissional.....	62
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICE	77

INTRODUÇÃO

Considerando a crise das profissões de nível superior no Brasil, a crise atual e seus rebatimentos para a classe trabalhadora. A proposta deste trabalho teve por finalidade discutir a precarização salarial do Serviço Social, delimitando como estudo de caso o município de Cruz das Almas – Ba. Teve como elemento norteador a reflexão em torno das complexidades inerentes entre o vínculo de trabalho e a remuneração de trabalho dos profissionais que se estabelecem neste município. Este trabalho tornou-se relevante, na medida em que possibilitou compreender e problematizar junto aos profissionais de Serviço Social, as inquietações da categoria profissional em relação a sua remuneração salarial, além disso, este material produzido destina-se a ser útil na medida que propõem traçar uma real dimensão no que tange os grandes elementos que inviabilizam o exercício profissional.

O presente trabalho, é fruto das inquietações que se desenvolveram ao longo do processo de formação profissional. Considerando que o Serviço Social é uma profissão de base técnica inscrita na divisão social do trabalho, ou seja insere-se como a fragmentação de uma especialidade produtiva no modo de produção capitalista, e dada à importância desta para o Estado e a sociedade, expressa através das diversas demandas as quais os Assistentes Sociais são postos diariamente, dentro dos seus respectivos campos de atuação profissional notadamente no âmbito das Políticas Sociais públicas, exercendo atividades de planejamento, gestão, execução e avaliação nas esferas públicas municipais, estaduais, distrital e federal. Torna-se necessário compreender o por que a questão salarial é um dos fatores que mais dificultam a consolidação do exercício profissional.

O cenário do município estudado reflete diretamente os efeitos derivados da reestruturação produtiva do capitalismo contemporâneo, o aparelho estatal contempla a maior parte do contingente de Assistentes Sociais. A centralidade do Serviço Social está na busca de respostas eficazes às expressões da “Questão Social”¹ Dessa forma,

¹ “A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 1998, p.27 *apud* Tomaz, 2013 p.2).

o papel de mediação entre o cidadão, o Estado e as Políticas Públicas configura-se como uma tarefa desafiadora dado o contexto das condições de trabalho do Assistente Social. A partir dessas considerações verifica-se que essa profissão encontra barreiras diárias à sua efetivação, tais como condições precárias de trabalho, fragilização de vínculos, terceirizações, quarteirizações, informalidade e a principal questão a tratar no presente trabalho: a precarização salarial. Compreender e problematizar qual as condicionalidades que envolve a relação entre os vínculos e a remuneração de trabalho dos profissionais, tornou-se elemento central para a construção deste trabalho.

De fato, hoje há de se considerar que a precarização do trabalho atinge uma grande parcela das profissões, conseqüentemente também o Serviço Social como bem define (RAICHELIS, 2011), afirmando que a intensificação das políticas neoliberais aliada a reestruturação produtiva flexibiliza o processo de trabalho e retira direitos conquistados. No Brasil ela não representa um fenômeno novo, ela remonta “desde os primórdios da sociedade capitalista urbano-industrial” (RAICHELIS, 2011 p. 421), nos anos de 1990, elas se intensificam a partir da crise de acumulação capitalista, e na concretização de políticas de neoliberais do Estado.

Essa precarização aparece como vertente sempre que se aborda questões correlatas a remuneração pela prestação de serviço como insegurança do emprego, precárias formas de contratação, pressão pelo aumento da produtividade e dos resultados imediatos e ausência de horizontes profissionais de longo prazo. Esses rebatimentos atingem diretamente a categoria dos Assistentes Sociais, trabalhadores liberais que veem no Estado seu maior empregador cuja a necessidade de um profissional especializado se faz necessário na execução das Políticas Públicas. De posse dessas informações torna-se necessário, discutir a relação entre o vínculo e a remuneração de trabalho dos profissionais de serviço social no município, para tal busca RAICHELIS 2011, afirma que:

[...] o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo, e identificar o seu *sujeito vivo* como trabalhador assalariado, implica problematizar como se dá a relação de compra e venda dessa força de trabalho a empregadores diversos, como o Estado, [...] Trata-se de uma interpretação da profissão que pretende desvendar suas particularidades como parte do trabalho coletivo, uma vez que o trabalho não é a ação isolada de um indivíduo, mas é sempre atividade coletiva de caráter eminentemente social. (RAICHELIS, 2011, p. 423).

Além disso, é fundamental estabelecer que o Assistente Social enquanto trabalhador assalariado, que vende sua força de trabalho em troca de um salário, submetendo-se assim a imposição e submissão por parte do empregador, configurando uma série de condicionantes a qual a classe trabalhadora está subordinada. Em todo o país, assistentes sociais vêm se indignando cotidianamente com as condições salariais da categoria, reconhecendo também que a precarização atinge amplos setores da classe trabalhadora, e entendendo que a luta deve ser coletiva.

Nesse contexto, a proposta do trabalho científico apresentou conceitos, definições e ferramentas necessárias, para a construção e compreensão do mesmo. A segunda parte deste estudo se propôs a conceber o Serviço Social numa aproximação histórica da profissão no Brasil: Refletiu acerca da particularidade histórica da profissão no país, as entidades representativas da profissão: A importância do conjunto CFESS/CRES, seus papéis e atribuições, e conseqüentemente discutiu-se a categoria “Trabalho” dentro do Serviço Social e suas contradições, por fim chegou-se a necessidade de refletir o Serviço Social na perspectiva do Cenário atual.

A terceira parte reflete sobre o Serviço Social no Recôncavo da Bahia, o objetivo central deste capítulo pautou no aspecto de analisar a importância da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), bem como seus aspectos formadores, e a importância dela para a região supracitada.

O último capítulo ficou caracterizado como a parte mais contundente deste estudo, pois traz os elementos empíricos da pesquisa realizada acerca da inserção do Serviço Social no município, buscando conhecer os vínculos profissionais estabelecidos e a remuneração.

O recurso metodológico empregado se estabeleceu dentro de uma abordagem Qualitativa, por que nesse caso a escolha da pesquisa qualitativa como metodologia de investigação é feita quando o objetivo do estudo é entender criticamente o porquê de certas posturas, em particular no que está relacionado com este estudo, as condutas comuns ao processo remunerativo. Segundo (AUGUSTO, 2007 *apud* DENZIN e LINCOLN, 2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam

as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

A técnica de coleta de dados ocorreu através de questionário semiestruturado com Assistentes Sociais que atuam no município, por entender que dessa forma possibilitaria uma maior liberdade ao entrevistado de discorrer sobre o tema em questão sem o gesso de respostas pré-estabelecidas, e conceder ao entrevistador uma maior liberdade de questionar ao entrevistado o que pensa, espera, e pretende em relação ao tema, através da posterior análise dos dados dos questionários, que assim geraram a elaboração de gráficos elucidativos, nos quais reafirmaram resultados obtidos como: sexo dos entrevistados, faixa de idade, formação profissional, tempo de atuação profissional, quantidade de instituições que atuam profissionalmente, carga horária de trabalho por instituição que mantém vínculo, tipo de vínculo empregatício, faixa salarial, qual seria a faixa salarial razoável para o atendimento das necessidades e expectativas pessoais ou para a classe de trabalho, e sobre a mobilização da categoria profissional a respeito da luta pela aprovação do piso salarial.

A geração dos gráficos através da interpretação das respostas dos questionários foi bastante pertinente e incisiva neste ponto da pesquisa, já que este tema possui uma escassez de literatura específica, abordando a particularidade salarial no processo de precarização de sua remuneração, o elemento norteador foi a reflexão em torno das complexidades inerentes entre o vínculo de trabalho e a remuneração de trabalho dos profissionais que se estabelecem neste município. E nesse ponto, a análise dos gráficos não somente reafirmou os resultados de maneira conclusiva, como fomentou na pesquisa a inserção de dados pontuais, proporcionando a mesma mais coerência e credibilidade.

Dessa forma este trabalho tornou-se relevante, na medida em que possibilita compreender e problematizar junto aos profissionais de Serviço Social, as inquietações da categoria profissional em relação a sua remuneração salarial, além disso, este material produzido destina-se a ser útil na medida que propõem traçar uma real dimensão no que tange os grandes elementos que inviabilizam o exercício profissional.

2.SERVIÇO SOCIAL E UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICA DA PROFISSÃO NO BRASIL

Neste capítulo, pretende-se tecer considerações sobre o surgimento do Serviço Social, e sua particularidade histórica no Brasil. Consequentemente apresenta-se a categoria “Trabalho” dentro do Serviço Social e as contradições existentes, estabelecendo uma ligação da profissão na perspectiva do Cenário atual.

2.1 Particularidade Histórica da Profissão no Brasil

O Serviço Social é profissão de base técnica inscrita na divisão social e técnica do trabalho, é uma profissão de caráter sócio-político, crítico e interventivo, que se utiliza de instrumental científico multidisciplinar das ciências humanas e sociais para análise e intervenção nas diversas expressões da “questão social”, isto é, no conjunto de desigualdades que se originam do antagonismo presente na relação de produção e a apropriação privada da força de trabalho. Compete ao profissional de Serviço Social analisar criticamente, os antagonismos e as contradições presente na relação entre o Estado, capital e trabalho. O Serviço Social exige do profissional ainda uma conduta política ideológica diante das lutas da classe trabalhadora, se posicionando e afastando de uma postura neutra no seu fazer profissional.

A construção e estruturação do Serviço Social no Brasil, é marcada por uma trajetória que foi enraizada numa complexa perspectiva conservadora, no denominado Serviço Social tradicional, em contraposição com o que hoje pode-se compreender como profissão emancipada. Segundo (LIMA 1986, p.56 *apud* MONTÃO 2009, p. 23) “[...] o Serviço Social, na sua primeira etapa, quer dizer, na sua gênese, se caracteriza “fundamentalmente pela caridade, beneficência e a filantropia como atitudes dominantes na Idade Média”. Contudo ao longo dos seus 80 anos uma série de mudanças políticas, ideológicas e teóricas redesenhou e reconceituou a concepção sobre a profissão Serviço Social.

É sabido que os anos de 1930, representaram no Estado brasileiro a intensificação do processo industrial e juntamente com ele o processo de migração da população rural para os grandes centros urbanos, processo inevitável, dadas as

características de expansão do capitalismo, sistema que defende a legitimidade dos bens privados e na irrestrita liberdade da indústria e da burguesia, tem como fator principal função a acumulação do capital, estabelecida principalmente pelo lucro e a exploração da força de trabalho do operário. É neste período que o Estado, atendendo aos interesses do empresariado, necessita de uma profissão que regule e medeie os interesses das classes em questão.

[...] a emergência da profissão deve sua existência à síntese das lutas sociais que confluem num projeto político-econômico da classe hegemônicas de manutenção do sistema perante a necessidade de legitimá-lo em função das demandas populares e do aumento da acumulação capitalista (MONTÃO, 2009, p. 33).

Marginalizados social e economicamente, em meio as grandes cidades, numa completa perspectiva de pressionamento das empresas, péssimas condições salariais, jornadas de trabalho extremamente exaustivas e insalubres, condicionou a classe trabalhadora, a necessidade de se organizar e buscar sua defesa frente a essa dura realidade. É dentro dessa tensão que o Serviço Social no Brasil começa a tomar corpo, ainda em processo muito embrionário e limitado, já que seu panorama nesta fase inicial é refém dos interesses das classes dominantes.

[...] O Serviço Social é filho da cidade e da indústria, fica claro que no Brasil, sua existência começa com o processo de industrialização e concentração urbana, momento em que o proletariado começa a brigar também pelo seu lugar na vida política. [...] se dá neste processo histórico, a partir da iniciativa particular de vários grupos dominantes, que têm na Igreja Católica seu porta-voz. [...]. É claro que não fazia parte das reivindicações dos operários a implantação deste tipo de serviço. Por mais estranho que pareça, são os grupos burgueses que mais vão contribuir para que esta profissão se coloque socialmente. (ESTEVÃO, 2005, p. 42-43).

A luz de (ESTEVÃO 2005), pode-se compreender que o Serviço Social nasce da relação cidade e indústria, dado que a questão social está presente no reflexo da exploração capitalista demasiada, ao mesmo tempo, a crescente inquietação da classe trabalhadora nesses ambientes demanda do Estado as primeiras formas de assistência. Deve-se considerar, entretanto, que essa assistência não era necessariamente uma exigência efetiva da classe trabalhadora. Ela estava pautada

na caridade praticada pelas damas da alta sociedade que, sob a catequização da igreja católica, as incumbiam de tais ações filantrópicas².

A profissão buscou afirmar-se historicamente como uma prática de cunho humanitarista, através da legitimação do Estado e da proteção da Igreja, a partir da década de 1940. Por desconhecer a contemporânea discussão entre singularidade e particularidade dos indivíduos, por muito tempo o Serviço Social limitou-se a reproduzir a pobreza através da caridade e moralidade doutrinadora, características imputadas à igreja católica desde sempre.

O surgimento do Serviço Social está intrinsecamente relacionado com as transformações sociais, econômicas e políticas do Brasil nas décadas de 1930 e 1940, com o projeto de recristianização da Igreja católica e a ação de grupos, classes e instituições que integraram essas transformações. Essas décadas são marcadas por uma sociedade capitalista industrial e urbana. A industrialização processava-se dentro de um modelo de modernização conservadora, pois era favorecida pelo Era, pois era favorecida pelo Estado corporativista, centralizador e autoritário. Assim, a burguesia industrial aliada aos grandes proprietários rurais, buscavam apoio principalmente no Estado para seus projetos de classe e, para isso, necessitavam encontrar novas formas de enfiamento da chamada “questão social”. (PIANA, 2009, p. 88).

O pressuposto fundamental para se entender a questão da abordagem histórica da profissão e sua relação com o sistema capitalista é uma tarefa por si só complexa, dado todo o processo contraditório deste sistema. Isso porque a legitimação do Serviço Social em sua gênese, está diretamente ligada aos interesses das classes dominantes e entrelaçado a igreja católica, e ao contrário do que se materializa na contemporaneidade a medidas coercitivas, emanadas do Estado. A respeito disso (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014), destacam que:

A implantação do Serviço Social não é, como se procurou observar nos itens anteriores, um processo isolado. Relaciona -se diretamente às profundas transformações econômicas e sociais pelas quais a sociedade brasileira é atravessada, e à ação dos grupos, classes e instituições que interagem com essas transformações. Seu surgimento se dá no seio do bloco católico, que manterá por um período relativamente longo um quase monopólio de formação dos agentes sociais especializados, tanto a partir de sua própria base social, como de sua doutrina e ideologia. O Serviço Social não só se origina do interior do bloco católico, como se desenvolve no momento em que a igreja se mobiliza para a recuperação e defesa de seus interesses e privilégios corporativos, e para a reafirmação de sua influência

² Refere-se ao ato de fazer caridade, seja ela através de donativos, como roupas, comida, dinheiro, etc. É um termo de origem grega, que significa “amor à humanidade”.

normativa na sociedade. [...]O Serviço Social começa a surgir como um —departamento especializado da Ação Social e da Ação Católica, num momento extremamente importante para a definição do papel da Igreja dentro das novas características que progressivamente vai assumindo a sociedade brasileira. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 225-226- 227).

O Serviço Social, que também é fruto da emersão da indústria, processo que mudou o contexto de sociedade no Brasil, assim como todo o processo antagônico que se desenvolveu a partir da relação entre o capital e o trabalho. Forjou o cenário ideal para a justificativa de uma profissão que negocie os interesses da classe dominante junto a classe trabalhadora, nesse processo histórico e nesta cena, a igreja católica será a sua porta voz. Apesar de tímida e não efetiva designação, o Serviço Social como profissão nos anos de 1930, representou um certo avanço, pois é nesse período que surgem suas primeiras Escolas, um momento extremamente tímido e conservador, contudo que mais tarde se revelaria como uma rebentação para uma intensidade política da profissão. Acerca disso Estevão, (2005) reporta que:

Apesar de sua ação extremamente limitada e de seu conteúdo assistencial e paternalista, foi a partir do lento desenvolvimento das Ligas das Senhoras Católicas e da Associação das Senhoras Brasileiras que se criaram as bases materiais, de organização e principalmente humanas, que a partir da década de 30 permitirão a expansão da ação social e o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social. (ESTEVÃO, 2005, p.47)

Destaca-se neste período a criação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), que surge em São Paulo, no ano de 1932, como umas das primeiras iniciativas de formação técnica especializada para a prestação de Assistência, que emana da necessidade na junção da ação católica e ação social que até o presente momento era feita de maneira descentralizada. É muito claro o intuito deste centro e desse movimento que seria o de formar moças católicas, para atuarem “diretamente junto ao proletariado para afastá-lo de influências *subversivas*” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 180). Ainda sobre o CEAS, os autores argumentam que:

O objetivo central do CEAS será o de “promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais” e “adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social”. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 179).

Deve ser esclarecido que apesar da primeira escola de Serviço Social ter surgido em 1936, fundada pelo CEAS, não poderá apenas ser caracterizado como

iniciativa exclusiva do movimento laico católico, o Estado como conciliador das tensões presentes entre o proletariado e a classe industrial, terá grande interesse e influência na formação técnica deste profissional, já “que desde aquele momento existe uma grande demanda a partir do Estado” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 187), ficando claro que a classe industrial burguesa sempre será o foco central do privilégio por parte do Estado.

O governo procurará, portanto, subordinar a seu programa de ação as iniciativas particulares – dividindo áreas de atuação e subvencionado as instituições coordenadas pela igreja – ao mesmo tempo em que adota as *técnicas* e a *formação técnica especializada* desenvolvidas a partir daquelas instituições particulares. Assim, a demanda por essa formação técnica e especializada crescentemente terá no Estado seu setor mais dinâmico, ao mesmo tempo em que passará a regulamentá-la, institucionalizando sua progressiva transformação em profissão legitimada dentro da divisão social-técnica do trabalho. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 186).

Em 1937 cria-se a segunda escola de Serviço Social por Dom Sebastião Leme³, Estella de Faro⁴ e Alceu Amoroso Lima⁵. Sendo essas duas as escolas pioneiras de Serviço Social no Brasil. Com o decorrer dos tempos as instituições de formação técnica em Serviço Social irão se multiplicando, dentro é claro da Ação Social Católica. Essas primeiras escolas de Serviço Social não rompem com o caráter assistencial e religioso. Na literatura disponível isso é claramente explicitado.

É nítido, que sua ação estava voltada num entendimento de institucionalização desta emergente profissão, Estevão (2005), afirma que “pouco a pouco o governo vai criando instituições que vão assumir a assistência social legalizando a profissão no país” (ESTEVÃO, 2005, p. 48). Essas instituições, que mais a frente serão citadas, representam uma ampliação do mercado de trabalho dos profissionais, já que o Estado e os setores industriais conferem a esses profissionais a execução de Políticas

³ Foi o segundo cardeal brasileiro. Foi Arcebispo de Olinda e Recife e Arcebispo do Rio de Janeiro. Exerceu relevante papel nos dias finais da Revolução de 1930, quando convenceu o renitente presidente Washington Luís Pereira de Sousa a entregar o poder aos revoltosos, além de fundador da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1941.

⁴ Considerada como a grande pioneira do Serviço Social no Rio de Janeiro e figura preeminente da Ação Social na década de 1930. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 177).

⁵ Foi um crítico literário, professor, pensador, escritor e líder católico brasileiro, Tornou-se um líder da renovação católica no Brasil. Em 1932, fundou o Instituto Católico de Estudos Superiores, e, em 1937, a Universidade Santa Úrsula. Tornou-se símbolo de intelectual progressista na luta contra as transgressões à lei e à censura que o regime militar após 1964 iria impor ao povo brasileiro.

Públicas, atendendo fundamentalmente aos interesses da burguesia do contexto em questão.

Com o surgimento das grandes instituições, amplia-se o mercado de trabalho para a profissão, permitindo ao Serviço Social romper com suas origens confessionais e transformar-se numa atividade institucionalizada. Suas bases de legitimação são deslocadas para o Estado e para os setores empresariais da sociedade, ao mesmo tempo em que o assistente social se transforma numa típica categoria profissional assalariada, que passa a absorver, além de representantes das elites que constituem a predominância da composição dos profissionais, setores médios e da pequena burguesia, que passam a se interessar por essa profissão remunerada. Por outro lado, amplia-se e diversifica-se a clientela atendida pelos profissionais: à parcela da população alvo das políticas sociais do Estado, representada por setores dos trabalhadores urbanos. Dessa forma, o Serviço Social passa a integrar os mecanismos de execução das políticas sociais do Estado e dos setores empresariais, enquanto forma de enfrentamento da questão social emergente no contexto do desenvolvimento urbano-industrial. (SILVA, 2002, p. 25).

Por mais que nesse momento a profissão se distancie das suas bases confessionais tradicionais, através do reconhecimento da sua prática por parte do Estado, a sua institucionalização ainda por muito tempo foi restrita a membros da classe dominante, até porque a burguesia tinha pleno interesse nessa institucionalização. Ainda que esses profissionais tenham se tornado assalariados e de certa forma inseridos na divisão social do trabalho, os interesses se mantêm condicionados a classe dominante.

O contexto histórico do Brasil, precedido pelo Estado Novo a partir de 1937, onde “é marcado pelo aprofundamento do modelo corporativista, cuja tônica é dada pela Nova “Carta Constitucional” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014), estágio marcado pela ação intervencionista do Estado, inclusive de incorporar as diversas reivindicações tanto da burguesia como da população de modo geral. O período de 1940 a 1960, estabeleceu para o País um momento em que o capitalismo industrial se torna mais intenso e é “acompanhado pela intensificação da taxa de exploração da força de trabalho” (ANDRADE, 2008). A influência norte-americana, com suas novas modalidades de desenvolvimento da economia, e da organização da política do País, é incorporada no sentido de melhor organizar o mercado interno e expandir a capitalização e a acumulação desse setor.

[...] O Estado busca de diversas formas incentivar as indústrias básicas – tornando -se última instância produtor direto através de empresas estatais e de economia mista – que viabilizem a expansão

do setor industrial organizando o mercado de trabalho. [...] apoiar a capitalização e acumulação desse setor. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 248- 249).

No Serviço Social não será diferente, a invasão norte-americana como já fora citado anteriormente, trouxe para a profissão uma nova perspectiva de abordagem junto aos Assistentes Sociais. Influenciados por teorias de Mary Richmond, Porter Lee e Gordon Hamilton, que sem dúvidas contribuíram significativamente para a sistematização das bases científicas do Serviço Social, colaborando para a criação de uma profissão com nível acadêmico universitário.

Foram incorporados na rotina profissional novas perspectivas teóricas e metodológicas de abordagem:

As teorias de caso, grupo e comunidade compuseram a tríade metodológica que orientou o Serviço Social na busca da integração do homem ao meio social. [...] A influência norte-americana ocorreu com a difusão da base técnica dos métodos de caso e grupo e posteriormente, com a proposta de Desenvolvimento de Comunidade (doravante DC), como técnicas e campos de intervenção profissional. [...]preocupação centrava-se na personalidade do cliente. O trabalho orientado por essas teorias buscava conseguir mudanças no indivíduo, a partir de novas atividades e comportamentos. O indivíduo era visto como o elemento que deveria ser trabalhado, no sentido de ajustá-lo ao meio social e fazê-lo cumprir bem seu papel no sistema vigente. (ANDRADE, 2008, p. 280)

Influenciados pelo Positivismo e o Funcionalismo. O assim denominado Serviço Social de Grupo, Caso e Comunidade, cuja as inspirações sociológicas⁶ norte-americanas revelaram-se como uma verdade irrefutável. O fazer profissional aos usuários, centrava-se no indivíduo dentro da sua consciência moral, culpabilização e responsabilização de seus problemas. Cada fato sendo considerado como singular e refletido a partir de um contexto mais crítico e amplo.

2.2 Entidades representativas da profissão: Conjunto CFESS/CRESS papéis e atribuições.

A emergência da criação e funcionamento dos Conselhos de fiscalização das profissões no Brasil, se estabelece quando o Estado regulamenta profissões e ofícios considerados liberais. Nesse patamar legal, os Conselhos têm caráter basicamente

⁶ Não é a intenção aqui desqualificar a importância da sociologia como suporte teórico dentro do Serviço Social, e na compreensão acerca das desigualdades sociais, entretanto, essa disciplina ao nosso entender, fica limitada na perspectiva de tentar focalizar os problemas sociais estruturalmente ligados à lógica do sistema capitalista.

corporativo, com função controladora e burocrática. São entidades sem autonomia, criadas para exercerem o controle político do Estado sobre os profissionais, num contexto de forte regulação estatal sobre o exercício do trabalho.

Há de se reconhecer que este período representou muitos avanços para a profissão, pois, de qualquer modo, houve um maior fortalecimento da categoria. O Serviço Social neste momento demanda a necessidade de institucionalização da profissão, será uma necessidade também para o Estado, já que sob o “engajamento do país na Segunda Guerra Mundial” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014), tinham plenos interesses no apoio popular aos “esforços da guerra”, sendo então o Serviço Social um aliado importante.

Destaca-se a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), fundado em 28 de agosto de 1942, que fará o papel de influenciador do governo nas massas para que essas apoiassem o chamado “esforços de guerra” a LBA representou um grande instrumento assistencialista de diversas campanhas de âmbito nacional, afim de conquistar para conquistar o apoio da população em geral.

Em 1945, a criação da Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social (ABESS), que posteriormente será mudada para Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que se justifica em função da defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação, a Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS), em (1946), a criação do Código de Ética Profissional (1948), e enfim o reconhecimento da profissão em (1957). Fato que coloca o Assistente Social na condição de trabalhador assalariado.

Deve-se reconhecer também a criação e o funcionamento dos conselhos de fiscalização da profissão em 1950, com a criação do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em conjunto com Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), que em suas atribuições de “orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a Assistente Social no País”. (BRASIL, 1993). Embora nasça com seu caráter claramente definido, os conselhos da profissão em seus primórdios, exerciam apenas os papéis burocráticos, respondendo necessariamente aos interesses do Estado.

Os Conselhos profissionais nos seus primórdios se constituíram como entidades autoritárias, que não primavam pela aproximação com os profissionais da categoria respectiva, nem tampouco se constituíram

num espaço coletivo de interlocução. A fiscalização se restringia à exigência da inscrição do profissional e pagamento do tributo devido. Tais características também marcaram a origem dos Conselhos no âmbito do Serviço Social [...] A concepção conservadora que caracterizou a entidade nas primeiras décadas de sua existência era também o reflexo da perspectiva vigente na profissão, que se orientava por pressupostos a-críticos e despolitizados face às relações econômico-sociais (CFESS,1993).

O Serviço Social é uma das primeiras profissões da área do social no Brasil a ter seu processo regulamentado, através da lei 3252 de 27 de agosto de 1957, e posteriormente regulamentado pelo Decreto 994 de 15 de maio de 1962⁷. Diante disso a criação dos conselhos emana da necessidade de estabelecer entidades que fiscalizem a ação profissional. No seu processo de renovação o CFESS institui a criação do Código de Ética, a Lei de Regulamentação Profissional e a Política Nacional de Fiscalização. Vale ressaltar que o caráter conservador era preponderante nesse momento e orientava as entidades nos períodos iniciais, esse conservadorismo esteve presente nos Códigos de 1947, 1965 e 1975, os mesmo segundo BARROCO 2012 p.43 se baseavam nos “fundamentos neotomistas e positivistas”, contudo diante das lutas pela redemocratização da sociedade a categoria profissional se articula junto aos movimentos sindicais, e luta na perspectiva de trazer para o comando da categoria a direção dos conselhos Federal e Regionais no intuito de fortalecer o projeto profissional, haja vista, que nesse período o Serviço Social já estava no processo de reconceituação de suas bases e um novo posicionamento da categoria e das entidades já estava sendo matéria de debate nesse período⁸.

Desde então, as gestões que assumiram o Conselho Federal de Serviço Social imprimiram nova direção política às entidades, por meio de ações comprometidas com a democratização das relações entre o Conselho Federal e os Regionais, bem como articulação política com

⁷ Esse instrumento legal marca, assim, a criação do então CFAS e dos CRAS, hoje denominados CFESS e CRESS. Para efeito da constituição e da jurisdição dos CRESS, o território nacional foi dividido inicialmente em 10 Regiões, agregando em cada uma delas mais de um estado e/ ou território (exceto São Paulo), que progressivamente se desmembraram e chegam em 2008 a 25 CRESS e 2 Seccionais de base estadual. (CRESS-RN, acesso em 28 de fevereiro de 2018).

⁸ A partir do III CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais), realizado em São Paulo em 1979, conhecido no meio profissional como o Congresso da Virada, "pelo seu caráter contestador e de expressão do desejo de transformação da práxis político-profissional do Serviço Social na sociedade brasileira" (CFESS, 1996). Embora o tema central do Congresso ressaltasse uma temática da grande relevância – Serviço Social e Política Social – o seu conteúdo e forma não expressavam nenhum posicionamento crítico quanto aos desafios da conjuntura do país. (CRESS-RN).

os movimentos sociais e com as demais entidades da categoria, e destas com os profissionais. (CRESS-RN).

Mesmo com os avanços no âmbito do fortalecimento dos Conselhos Federais e Regionais da profissão, o contexto o qual o país se encontrava era o período da ditadura militar no Brasil, em certa medida inviabilizou os avanços tanto da categoria quanto das entidades representativas da profissão.

O período da ditadura militar marcado pelo golpe de 1964, e a instauração de um regime político conturbado, representa dentro do Serviço Social um momento de questionamentos e de repensar da profissão. Durante esse processo o país se encontra num conjunto de problemáticas sociais de enorme discrepância no cenário nacional. O chamado “Milagre econômico”⁹ não foi capaz de diminuir ou amenizar as desigualdades sociais. O momento é caracterizado por arrochos salariais,¹⁰ desvalorização cambial, redução do poder aquisitivo da população, além de setores importantes como as áreas da saúde, educação e previdência social, ficaram sem investimentos. Ao mesmo tempo a classe média obteve melhoras significativas, como aumento da sua concentração de renda. As políticas econômicas adotadas neste período tiveram como foco as camadas sociais consideradas média e alta, por acreditarem que naquele período histórico as camadas sociais denominadas economicamente baixas, não tinham a mesma estrutura econômica, e que não contribuiriam de forma decisiva para o fortalecimento econômico do país.

O Serviço Social brasileiro, no período da Ditadura Militar, é caracterizado pelos recuos profissionais aos quais a profissão já havia tomado no intuito de debater os avanços da profissão, ao mesmo tempo em que rompe com sua perspectiva conservadora, mesmo com suas limitações teóricas. No entanto, diante da opressão e dominação por parte daqueles que exerciam o poder, emerge no interior da categoria profissional a necessidade de refletir criticamente o Serviço Social.

No contexto da gestão militar no país, o Serviço Social se vê limitado a meros executores de políticas públicas, atendendo necessariamente aos interesses dos grupos dominantes da sociedade. As políticas sociais até então designadas como trabalho aos assistentes sociais, são utilizadas por parte do Estado como instrumento

⁹ Período caracterizado pela aceleração do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), industrialização e baixos níveis inflacionários.

¹⁰ O salário mínimo chegou ao menor valor da história, ficando abaixo dos US\$ 100, resultando em aumento da pobreza e da miséria.

e mecanismo para a exploração capitalista e como consequência favorecem a concentração de renda pela parcela mais abastada da mesma.

Apesar do momento sombrio que o país vivenciou, a implantação do regime político ditatorial, este favoreceu no Serviço Social o nascedouro de um movimento de renovação das suas bases de atuação, pautadas até então no assistencialismo, que não era coerente com os problemas sociais. O período marcado pelo cerceamento da liberdade de pensamento e expressão, desigualdades sociais, e também o fortalecimento do conservadorismo, levou a profissão a romper com sua prática de cunho assistencialista. É a necessidade que faz o Serviço Social aproximar-se das práticas de atuação latino-americanas, que até então não tinha como objetivo central a luta em favor da classe oprimida, como afirma (SILVA, 2002)

Observa que o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, a partir da perspectiva hegemônica, no contexto da América Latina, impõe aos assistentes sociais a necessidade de ruptura com o caráter conservador que deu origem à profissão, calcado no atrelamento às demandas e interesses institucionais, e coloca como exigência a necessidade de construção de uma nova proposta de ação profissional, tendo em vista as demandas e os interesses dos setores populares que consistem majoritariamente, a clientela do Serviço Social. A Construção dessa nova proposta supõe todo um processo de discursão e revisão crítica, em nível teórico metodológico no sentido de fomentar uma ação articulada com as lutas dos segmentos populares, tendo como perspectiva a transformação social. (SILVA, 2002, p. 72)

Deve-se destacar que esse movimento estava centrado na contestação do modelo de atuação até então voltado para uma conservadora ação a qual a igreja católica representava certa influência, e a tentativa de construção de uma sociedade sem exploração instaurando assim um modelo de ação pluralista. A renovação do Serviço Social terá uma perspectiva de mudança de abordagem junto aos usuários do serviço. Os profissionais então conscientizam-se de uma ação mais técnica e menos caritativa.

Entendemos por renovação o conjunto de características novas, que no marco das restrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições [...], procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de valorização teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. (NETTO, 2005, p. 131)

A renovação do Serviço Social de todo modo não pode ser caracterizada como o movimento uniforme, devido ao “radicado nos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica, bem como nas matrizes teóricas a que elas se prendem” (NETTO, 2005), ela também assume características diversificadas dada ao pluralismo em que a categoria profissional está posta no país. Netto (2005), destaca três perspectivas renovadoras presentes no contexto histórico do Serviço Social brasileiro, sendo elas as perspectivas Modernizadora¹¹, a perspectiva de reatualização do conservadorismo¹² e a intenção de ruptura¹³, além disso alguns seminários antológicos para a profissão, tiveram papel fundamental no debate do aperfeiçoamento do instrumental teórico e técnico operativo: são eles os seminários de Araxá (1967), Teresópolis (1970), Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984). Momentos importantes para o debate profissional.

Os êxitos do processo de Renovação do Serviço Social, durante e pós ditadura militar, estão centrados certamente no maior reconhecimento dos profissionais enquanto categoria, dando respostas a totalidade de problemas inseridos no contexto latino-americano, tentando romper com o tradicionalismo imperialista, aproximando-o da cientificidade aliado a uma prática sistêmica.

No entanto, na tentativa de aproximar-se de uma maior cientificidade, o movimento de Reconceituação aproxima-se da teoria social de Marx, essa aproximação em certa medida significou alguns equívocos, e até contradições. A frágil e inconsistente leitura e interpretação, e os equívocos a respeito da literatura de Marx.

A frequente utilização das versões políticas particulares da tradição de marxista para legitimar uma prática determinada [...] fez do referencial teórico derivado de Marx um repositório de citações e formulas rituais [...] e também dado as circunstâncias [...] em se articulou, o “marxismo acadêmico” [...] de uma parte reforçou um velho traço nesta cultura: a substituição do exame das matrizes originais da teoria social revolucionária pela exegese de seus comentários e/ou vulgarizadores [...] introduziu tanto o oportunismo teórico quanto entronizou a crítica

¹¹ “Percebe-se a preocupação dos profissionais de Serviço Social com o aperfeiçoamento do instrumental operativo com os procedimentos metodológicos e técnicos, como também com os padrões de eficiência.” (VIANA, CARNEIRO e GONÇALVES, 2015, p. 4).

¹² Se manifesta no interior da complexa dialética de ruptura e continuidade com o passado profissional, sem prejuízo dos elementos renovadores que apresenta. (NETTO, 2005. *Apud* (VIANA, CARNEIRO e GONÇALVES, 2015, p. 4)

¹³ “Esta almejava romper totalmente com o Serviço Social tradicional, propunha uma quebra quer com seus procedimentos metodológicos, ideológicos e teóricos, com o seu conservadorismo, a tradição positivista” (VIANA, CARNEIRO e GONÇALVES, 2015, p. 5).

abstrata: as “fontes” ou “inspirações” não variam segundo exigências imanentes da reflexão, mas ao sabor de conjunturas e a avaliação do passado é posta sem menor consideração concreta dos efetivos condicionalismos históricos sociais e políticos que sobre ele incidiram, operando juízos de valor francamente moralistas. (NETTO, 2005, p. 110-111)

Os anos 80 representam para o Serviço Social assim como todo Brasil, um processo de redemocratização após o regime ditatorial. A profissão amadurece profissionalmente, ao mesmo tempo em que supera os equívocos ocorridos na interpretação das teorias de Marx, o profissional se reconhece em quanto parte integrante na divisão social-técnica do trabalho. Com o estabelecimento da formação mínima de um novo currículo comprometido com as classes populares, os profissionais passam a atuar junto aos usuários de maneira mais abrangente, as práticas agora se desenvolvem no campo, na pesquisa, buscando a essência dos fenômenos, em aconselhamentos, conscientizando os usuários dos seus direitos e deveres.

Para a profissão o Código de Ética (CE) de 1986, representa alguns avanços, porém pouco significativos, já que não acompanhou as evoluções teóricas e metodológicas do período em questão e “não se sustentava em uma teoria que contribuísse para a compreensão dos fundamentos da profissão” SANTOS (2011), necessitando assim de uma revisão.

O conjunto das conquistas efetivadas no CE de 1986 pode assim ser resumido: o rompimento com a pretensa perspectiva “imparcial dos Códigos anteriores; o desvelamento do caráter político da intervenção ética; a explicitação do caráter de classe dos usuários antes dissolvidos no conceito abstrato de “pessoa humana”; a negação de valores a-históricos; a recusa do compromisso velado ou explícito com o poder instituído (BARROCO, 2012, p. 48).

Com a constituição cidadã de 1988, considera-se um novo período na história do país haja vista que, essa constituição é construída a partir das reivindicações da sociedade que avança na busca da efetivação de seus direitos. Os movimentos sociais são os grandes protagonistas nesse momento. É um marco importante na conquista de políticas públicas destinadas as camadas marginalizadas e para a sociedade em geral. Como conquistas importantes destaca-se a criação do Sistema Único de Saúde no país (SUS), o voto facultativo para cidadãos entre 16 e 17 anos, maior autonomia para os municípios, garantia de demarcação de terras indígenas, lei de proteção ao meio ambiente, garantia de aposentadoria para trabalhadores rurais sem precisarem ter contribuído com o INSS, Fim da censura a emissoras de rádio e

TV, filmes, peças de teatro, jornais e revistas, redução do mandato presidencial de cinco para quatro anos, dentre outras conquistas (BRASIL, 1988).

Retomando o debate do movimento de reconceituação até então frustrado pelo período militar, o Serviço Social a partir da criação do código de ética de 1993, busca bases de sustentação na teoria social de Marx, tendo como base fundamental as expressões da “questão social”¹⁴, e também na defesa intransigente dos direitos humanos. Cabendo ao Serviço Social intervir diretamente (BARROCO, 2012) argumenta que:

O CE se organiza em torno de um conjunto de princípios, deveres direitos e proibições que orientam o comportamento ético profissional, oferecem parâmetros para a ação cotidiana e definem suas finalidades éticos-políticas, circunscrevendo a ética profissional no interior do projeto ético-político e em sua relação com a sociedade e a história (BARROCO, 2012, p. 53).

No Brasil a “Questão Social” é sem dúvida a grande herança de um processo que se origina na colonização com a escravidão, e se mantém contínuo até os dias atuais com o capitalismo ferrenho.

A “questão social”, seu aparecimento, diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente. Trabalho livre que se generaliza em circunstâncias históricas nas quais a separação entre homens e meios de produção se dá em grande medida fora dos limites da formação econômico-social brasileira. Sem que se tenha realizado em seu interior a acumulação (primitiva) que lhe dá origem, características que marcará profundamente seus desdobramentos. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 133).

Apesar da sua tardia chegada no Brasil a questão social, assumiu no país as fortes características que a define; a desigualdade social. Essas desigualdades são percebidas como a fome, o desemprego, o analfabetismo e a violência, e em geral são expressões de maior impacto junto a sociedade. Elas não ficam restritas somente no contexto do Capital x Trabalho, porém nessas relações ocorre de modo mais latente.

¹⁴ Questão social é o conjunto das expressões que definem as desigualdades da sociedade. A questão social surgiu no século XIX, na Europa, com o objetivo de exigir a formulação de políticas sociais em benefício da classe operária, que estavam em pobreza crescente. No Brasil origina vários problemas como o desemprego, miséria, violência, problemas que causam desequilíbrios no clima, na política e no social brasileiro.

Na atualidade a questão social assume novas expressões, a partir da década de 1990, as investidas do Estado Neoliberal se intensificam e minimizam a de forma considerável, as políticas públicas minimizam direitos e incube na sociedade a responsabilidade na execução de políticas sociais. Nessa perspectiva, a tática dos governos neoliberais, como no Brasil, é a precarização das políticas sociais públicas, amortizando expressivamente a prestação de serviços sociais em quantidade e qualidade, (IAMAMOTO, 2000, p.18) afirma que:

Estes novos tempos reafirmam, pois, que a acumulação de capital não é parceira da equidade, não rima com igualdade. Verifica-se o agravamento das múltiplas expressões da questão social, base sócio-histórica da requisição social da profissão. A linguagem de exaltação do mercado e do consumo, que se presencia na mídia e no governo, corre paralela ao processo de crescente concentração de renda, de capital e de poder. Nos locais de trabalho, é possível atestar o crescimento da demanda por serviços sociais, o aumento da seletividade no âmbito das políticas sociais, a diminuição dos recursos, dos salários, a imposição de critérios cada vez mais restritivos nas possibilidades da população.

O grande desafio que se coloca junto ao Serviço Social nessa conjuntura atual, é apresentar condições necessárias para se romper tantas vezes com uma visão rotineira, e burocrática presente na profissão.

O Projeto ético político profissional da profissão é incorporado no processo de redemocratização da sociedade brasileira. É gestado no seio da categoria profissional entre as décadas de 1970 a 1980, período esse considerado como um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. Esteve pautado especialmente pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional.

Como já foi explicitado anteriormente este projeto é conhecido como movimento de Reconceituação do Serviço Social. Dentro das três dimensões que compõem o Movimento de reconceituação do Serviço Social, A intenção de ruptura destaca-se para esta discussão.

O movimento de intenção de ruptura, que tendo como palco principal o congresso da virada de 1979, em São Paulo, será o primeiro congresso crítico, a trazer a criticidade para o Serviço Social. Este projeto está pautado em três dimensões importantes são elas: a lei de regulamentação da profissão, o atual e vigente código de Ética de 1993, diretrizes de base curriculares, acerca disso acrescenta a fala de IAMAMOTO:

A década de 1980 é um marco no debate sobre os fundamentos do Serviço Social no Brasil inspirado na teoria social crítica, que norteia um projeto acadêmico-profissional do Serviço Social brasileiro expresso na renovação da legislação profissional (1993), na normatização ética (1993) e nas diretrizes curriculares nacionais (Abess, 1996; MEC-Sesu, Ceess, 1999). Este patrimônio sociopolítico e profissional vem atribuindo uma face peculiar ao Serviço Social brasileiro na América Latina e Caribe, bem como no circuito mundial do Serviço Social. Seu núcleo central é a compreensão da história a partir das classes sociais e suas lutas, o reconhecimento da centralidade do trabalho e dos trabalhadores. Ele foi alimentado teoricamente pela tradição marxista — no diálogo com outras matrizes analíticas — e politicamente pela aproximação às forças vivas que movem a história: as lutas e os movimentos sociais. (IAMAMOTO, 2014, p. 615).

Este projeto dá o ponta pé inicial para a construção do projeto ético político profissional, que para além do Serviço Social, ultrapassa não apenas o campo do Serviço Social, este projeto se propõe a dimensão macrossocial através de um novo modelo de sociedade, na construção de novo horizonte societário. Esses podem ser considerados como ganhos positivos no processo de Reconceituação do Serviço Social, no entanto é importante registrar que assim como todo processo de lutas pela mudança da ordem societária presente, a intenção de ruptura continua, além disso faz-se necessário uma constante defesa dos direitos da classe trabalhadora e seus interesses.

2.3 Trabalho, Serviço Social e Contradições.

O trabalho é uma atividade natural do homem, pois este é um processo mediado pela sua própria relação com a natureza, assumindo o papel de modificador dessa natureza ao mesmo tempo em que também é modificado por ela. Marx em O Capital (2006), melhor esclarece essa abordagem:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercambio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, afim de apropriar -se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (MARX, 2006)

Diante disso para Marx, o homem é o primeiro ser que conquistou certa liberdade de movimentos em face da natureza. Através dos seus instintos e das forças naturais em geral, a natureza dita aos animais o comportamento que eles devem ter

para sobreviver, porém o homem é o único animal que altera a suas necessidades próprias.

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmamos economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais que isso. É a condição básica e fundamental de toda vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem. (FRIEDRICK ENGELS, 1876 p. 4)

O homem, entretanto, graças ao seu trabalho e sua capacidade de projeção, conseguiu dominar em parte, as forças da natureza, colocando-as à sua disposição. Contudo o desenvolvimento do trabalho criador aparece, assim, aos olhos de Marx, como uma condição necessária para que o homem seja cada vez mais livre e autônomo. Sob a luz de Marx verifica-se na contemporaneidade, que o trabalho assumiu características diferentes das anteriormente idealizadas.

De acordo com o sistema capitalista o trabalho passa a ser entendido como uma fonte de valor humano, fonte essa que será fundamental para sua manutenção e expansão. O desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista exige como condição prévia, a separação entre o trabalho e os meios de produção, de forma que o proprietário do trabalho, ou para ser mais exato, da força de trabalho, se veja obrigado a vendê-la ao proprietário dos meios de produção em troca de um salário. Isto ocorre porque o trabalhador direto – o verdadeiro e genuíno produtor – foi expropriado previamente de toda propriedade e vê-se obrigado, para sobreviver, a vender a única coisa de que dispõe: sua força de trabalho, tornando-se assim um trabalhador assalariado.

A mais-valia é o motor de todo este processo, sem a mais-valia não haveria as relações de produção capitalistas.

[...] ao da jornada de trabalho, o tempo de trabalho de desdobra em duas partes. Numa delas, o trabalhador produz o valor correspondente àquele que cobre a sua reprodução – é a esse valor que equivale o salário que recebe; tal parte da jornada denomina-se tempo de trabalho necessário. Na outra parte, ele produz o valor excedente (mais valia) que lhe é extraído pelo capitalista; tal denomina-se tempo de trabalho. A relação entre trabalho necessário e trabalho excedente fornece a magnitude da taxa de mais valia (m') que é, decorrente, a taxa de exploração do trabalho pelo capital. (NETTO e BRAZ, 2012 p.119-120).

Para o desenvolvimento do capitalismo é preciso que existam indivíduos detentores de sua força de trabalho, na forma de mercadoria, sem meios necessários

para a concretização da sua força de trabalho. Como estão destituídos dos meios de produção não, por isso, precisam vendê-la no mercado de trabalho.

Marx também apresenta o trabalho como elemento de subordinação ao capital, como trabalho estranhado, de sacrifício e mortificação do homem, cuja expressão máxima se revela na perda dos objetos trabalhados e no próprio ato de produção, no qual o homem se sente fora de si, subtraído. (OLIVEIRA, 2010, p.74).

Como característica fundamental do capitalismo, a sustentação de uma classe sobre outra é resultado de um sistema permeado de contradições e injustiças por ele mesmo impulsionadas, logo sua construção histórica é marcada por momentos de alargamentos e retração. “É evidente que seus impactos atingem muito diferentemente as classes sociais; não há o mesmo custo para todos: trabalhadoras sempre pagam o preço mais alto” (NETTO e BRAZ 2012 p.176), além disso em um movimento de vigilância da classe trabalhadora ele manobra e manipula as relações de trabalho.

Em seus momentos de crises, esse sistema, o capital, cria meios para superar, sempre retirando-o da classe que ele se alimenta, ou seja, a classe trabalhadora. (LEFEBVRE 1973 *apud* IAMAMOTO, 2007 p 49-50), destacam que: “as relações sociais de produção envolvem contradições de classe (capital e trabalho) que se amplificam em contradições sociais”.

Diante desta sucinta abordagem histórica da concepção de trabalho em Marx adentra-se ao Serviço Social, tendo como análise o debate sobre a questão social na sociedade capitalista na perspectiva brasileira.

A imprescindível discussão que (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014), trazem acerca da especificidade do Serviço Social no Brasil, certamente enriquece a discussão ora apresentada. Os autores afirmam, que a gênese do Serviço Social brasileiro, contraditoriamente com a realidade de outras sociedades, está diretamente associada às necessidades da classe burguesa, os mesmos argumentam que:

[...] A especificidade maior do Serviço Social desde sua implantação não está, no entanto, no âmbito das características que mais evidentemente o marcam. Historicamente, se localiza na demanda social que legitima o empreendimento. Se as Leis Sociais são em última instância, resultantes da pressão do proletariado pelo reconhecimento de sua cidadania social, o Serviço Social se origina de uma demanda diametralmente oposta. Sua legitimação diz respeito apenas a grupos e frações restritos das classes dominantes em sua origem e, logo em seguida, ao conjunto das classes dominantes. Sua

especificidade maior está, pois na ausência quase total de uma demanda a partir das classes e grupos a que se destina prioritariamente. Caracterizar-se-á, assim, como uma imposição. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 135-136).

Os problemas sociais, políticos e econômicos se tornam cada vez mais evidentes, aliado a isso também está o reconhecimento da classe trabalhadora enquanto classe explorada, representam fatores de inquietação a requerer seus direitos, e buscar melhores condições de trabalho e conseqüentemente melhores condições de vida. Neste aspecto a classe dominante percebe que as condições degradantes a qual a população vivia nas cidades representaria assim uma ameaça a ordem do capital e vê no Serviço Social um aliado importante no intuito de defender seus interesses. No primeiro momento o Estado se abstém e usa da repressão como forma de enfrentamento das crises existentes entre capital x trabalho, no outro momento atua de forma a associar os problemas sociais (fome, desemprego, condições de moradia, saneamento, educação e saúde) ao indivíduo, através da psicologização social e o profissional de Serviço Social nada mais será que um agente condutor.

Contudo, em virtude do conjunto de mudanças que ocorreram na sociedade, e dentro da profissão. Tem-se dentro do Serviço Social a necessidade de buscar dentro de uma perspectiva teórico política, distanciar-se do conservadorismo e visar a emancipação dos sujeitos da classe trabalhadora.

O Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmico-profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso à terra para a produção de meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história. (IAMAMOTO, 2009, p. 4)

No contexto da formação profissional os anos de 1996, o Serviço Social aprova suas diretrizes gerais para o curso, fruto dos debates da categoria profissional e seu amadurecimento no âmbito das instituições de formação profissional.

Em 1993, é criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)¹⁵, é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil da

¹⁵ “Tendo em vista esta legislação, uma importante ruptura foi implementada no planejamento do ensino superior, sendo necessário destacar as principais, a saber: a autonomia universitária, o fim dos currículos mínimos e a inclusão de uma nova modalidade de ensino superior (a distância)”. (LEWGOY e MARCIEL, 2016, p. 26)

educação básica ao ensino superior, e representa na legislação um conjunto de reformas nas políticas de ensino superior. Contudo dentro desta legislação observa uma maior abertura para a implantação e consolidação das faculdades de ensino privadas especialmente as de Ensino a Distância (EAD), na oferta do curso de Serviço Social especialmente, ocorreu uma estarrecedora oferta desse tipo de formação profissional.

O estímulo maior à política de ensino superior via EAD deu-se a partir de 2003 com a contrarreforma universitária no governo Lula. Foram muitos os decretos, medidas provisórias e leis sendo implementadas. O resultado dessa contrarreforma foi a proliferação de matrículas no ensino superior privado, em especial na EAD. A partir de 2006, a modalidade a distância começou a ser implementada nos cursos de Serviço Social e, desde então, muitos debates surgiram pela iniciativa dos profissionais e dos órgãos representativos da profissão (LEWGOY, MARCIEL e REDEIL, 2013, p. 95).

Observa-se aí uma contradição, as autoras citadas acima argumentam que a reforma proposta pelo Estado, em seu argumento inicial representaria um maior fortalecimento e expansão das universidades públicas, e conseqüentemente a expansão das IES – Instituição de Ensino Superior – privadas. O que ocorreu foi justamente o contrário, com os inúmeros decretos, medidas provisórias, e leis paralelas sendo implementadas, a oferta de vagas cresceu de maneira descontrolada dentro das instituições privadas. Facilidades nas formas de acesso ao ensino, flexibilização das formas de pagamentos, dentre outras facilidades na oferta do ensino, foram elementos que impulsionaram a hegemonia das IES privadas. Deve-se reconhecer, no entanto, que de fato a democratização do ensino superior possibilitou a inserção de um número expressivo de pessoas o acesso ao ensino superior.

A qualidade deste ensino é questionada dentro do Serviço Social, no mesmo ano de regulamentação da modalidade a distância no curso, o conjunto CFESS/CRESS, se manifestou contrário a tal modalidade de ensino por entender que dada as complexidades da formação do ensino em Serviço Social, a formação a distância não seria capaz de suprir as necessidades intrínsecas do curso. Essas políticas de mercantilização da educação superior providas pelo Estado, impacta diretamente na qualidade da formação do curso de Serviço Social uma vez “à *corrida* desenvolvimentista dos países que precisam alavancar a inserção dos cidadãos na educação superior” (LEWGOY, MARCIEL e REDEIL, 2013, p. 95). Fica claro que o intuito do Estado está voltado a uma lógica quantitativa. Diante disso, torna-se crucial

a defesa da Universidade Pública de qualidade. Diante destas questões, torna-se necessário perceber o Serviço Social na atualidade, dada todas as complexidades que o país atravessa.

2.4 O Serviço Social e o Cenário atual.

De fato, os anos 2000, representam para as profissões de ensino superior no Brasil, inclusive o Serviço Social, “um cenário de risco para o recente projeto de formação na área, posto que alteraram um conjunto de elementos que configuram o ensino superior” (LEWGOY e MARCIEL, 2016). Retrocessos no âmbito do ensino superior ganham força, a noção de educação como direito de todos e dever do Estado é cada dia mais frágil e em direção a uma diminuição do Estado, que nos últimos anos reduz a autonomia das instituições públicas de ensino as sucateando, além da invasão brutal do setor privado na mercantilização do ensino superior em todo o país.

Medidas de austeridade são aplicadas nos países do capitalismo central e periférico, ameaçando os avanços nos âmbitos dos direitos e do Estado Social, trazendo implicações, tanto para os países europeus quanto latino-americanos, tais como: aumento expressivo de desemprego, precarização do trabalho, redução salarial, privatizações, inclusive da educação superior, transformando-a em mercadoria, cujas características estão na sua condição de ser produzida de maneira rápida e a baixo custo [...] Diante deste cenário que envolve forças sociais extremamente destrutivas, identificamos, de forma dialética, ações de resistência que se expressam na defesa da formação profissional e na análise dos seus impactos sobre o exercício da profissão, senso, sem dúvidas, uma das principais frentes na luta da categoria profissional nesse período histórico, tendo em vista a necessidade de apreender esse cenário para definir a direção e a construção de estratégias capazes de garantir a qualidade da sua formação e a direção crítica do seu Projeto Profissional. (LEWGOY e MARCIEL, 2016, p. 25).

As ofensivas do Estado, que a cada ano vem retirando mais direitos conquistados, é matéria de debate e discursão dentro do Serviço Social, que diante do cenário atual se fortalece e articula formas de resistências nas defesas intransigentes dos direitos sociais às investidas do Estado capitalista.

No âmbito do trabalho profissional dos assistentes sociais no Brasil, destaca-se alguns dados que servem como suporte para entender como está posto o panorama dos assistentes sociais no país. Segundo dados do CFESS, obtidos no site da entidade, atualmente o Brasil tem aproximadamente 160 mil profissionais com

registro nos 26 conselhos regionais de Serviço Social (CRESS) e uma seccional de Base Estadual.

Os espaços ocupacionais do assistente social têm lugar no Estado – nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário –, em empresas privadas capitalistas, em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e na assessoria a organizações e movimentos sociais. (IAMAMOTO, 2009).

Destaca-se aqui dado de uma pesquisa que é resultado do convênio firmado entre o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e a Universidade Federal de Alagoas – (UFAL), que por meio do grupo de pesquisa Serviço Social, Trabalho e Direitos Sociais desenvolveu este trabalho contando como a colaboração de todos os 24 Conselhos Regionais na coleta dos dados em todo o país.

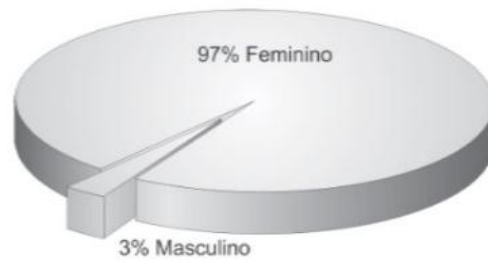
A pesquisa intitulada “Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional” realizada no ano de 2004¹⁶ e publicada em maio de 2005 em edição impressa, constante e ainda disponível no site do CFESS, oferece subsídios para conhecer o panorama do perfil profissional que se coloca na realidade do país, e fortalecer o debate aqui apresentado. No período, a pesquisa foi realizada com os (as) assistentes sociais cujos registros estavam ativos nos CRESS das diferentes regiões do país totalizando um universo de 61.151 profissionais.

Segue abaixo em destaque algumas figuras que reproduzem gráficos do mapeamento do perfil profissional feito pelo CFESS¹⁷. Os quais trazem dados que refletem o perfil profissional, e permitem uma reflexão no sentido de problematizar e fortalecer o debate aqui apresentado.

Figura 1 - Sexo dos Assistentes Sociais no Brasil.

¹⁶ Considerando que essa pesquisa já tem 14 anos, algumas informações podem estar obsoletas, entretanto, esse é o único material disponível na qual teve-se acesso.

¹⁷ Importante destacar que as figuras aqui destacadas não abrangem todos os dados que estão contidos na pesquisa original, foram destacados apenas os mais relevantes na discussão aqui tratada.

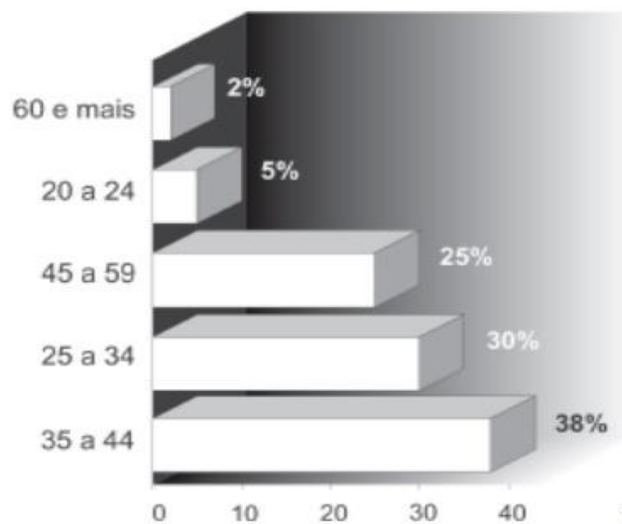


Dados de Maio/2004

Fonte: (CFESS, 2005, p. 18).

Dado ao contexto histórico ainda é predominante a presença feminina, a pesquisa demonstra que 97% dos profissionais são do sexo feminino e apenas 3% é composto do sexo masculino. A interpretação aqui colocada, ainda na concepção da sociedade, é que a mulher ainda vista como a moça que pratica a caridade, característica marcante que predominou no início da profissão. A análise dessa questão é dada ainda de maneira muito complexa.

Figura 2- Sobre a faixa etária dos profissionais de Serviço Social no Brasil.

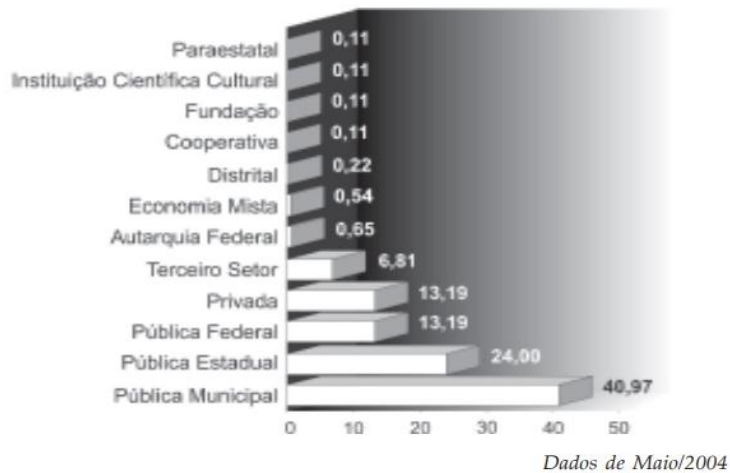


Dados de Maio/2004

Fonte: (CFESS, 2005, p. 19).

A pesquisa revelou que na faixa etária da categoria, a maioria (38%) tem idades entre 35 a 44 anos, seguidos por (30%) 25 a 34 anos e (25%) tem 45 a 59 anos.

Figura 3 Sobre a instituição do principal vínculo empregatício dos Assistentes Sociais no Brasil.

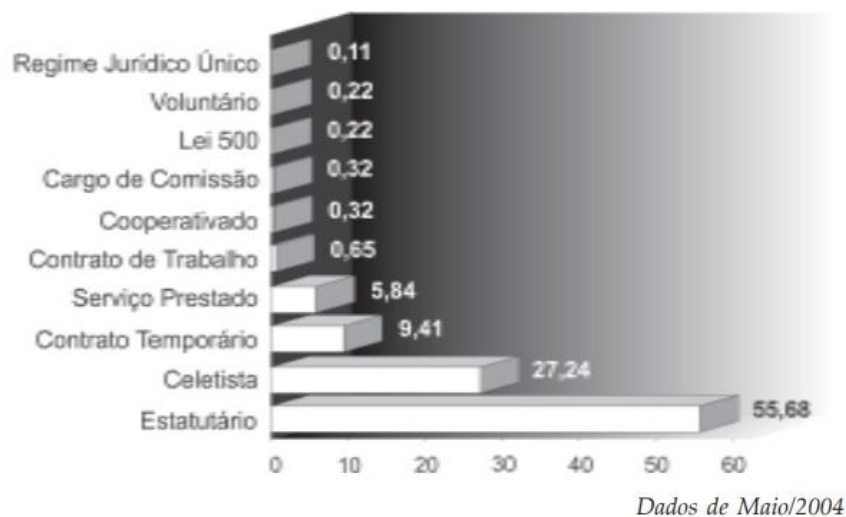


Fonte: (CFESS, 2005, p. 26).

[...] O gráfico mostra que 40,97% das(os) assistentes sociais estão atuando em instituições públicas municipais, quase o dobro das(os) que atuam nas públicas estaduais (24%). As instituições públicas federais ocupam a terceira posição (13,19%), reafirmando que a descentralização das políticas sociais no Brasil tem transferido a sua execução da esfera federal para a municipal, a partir dos anos 1990. Isso rebate na esfera de prestação direta de serviços sociais públicos, assumidos, então, pelas instituições públicas municipais (CFESS, 2005, p. 26)

A pesquisa reafirma a perspectiva histórica de inserção do Serviço Social nas instituições públicas estatais (78,16%, no nível nacional); no nível regional os índices desse indicador são os seguintes: Norte (96,36%), Sudeste (80,33%), Nordeste (75%), Sul (69%), Centro-oeste (66,67%).

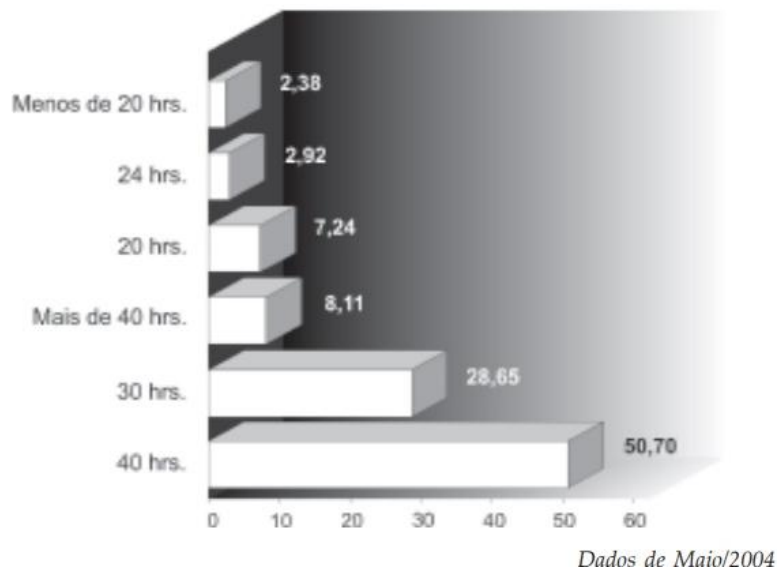
Figura 4 Sobre o principal tipo de vínculo empregatício do Assistentes Sociais do Brasil.



Fonte: (CFESS, 2005, p. 28).

O principal tipo de vínculo empregatício das(os) assistentes sociais refere-se ao historicamente consolidado no serviço público – estatutário (55,68%), no entanto esse índice é menor do que aquele mostrado no gráfico anterior relacionado às instituições públicas (78,16%). (CFESS, 2005, p. 27).

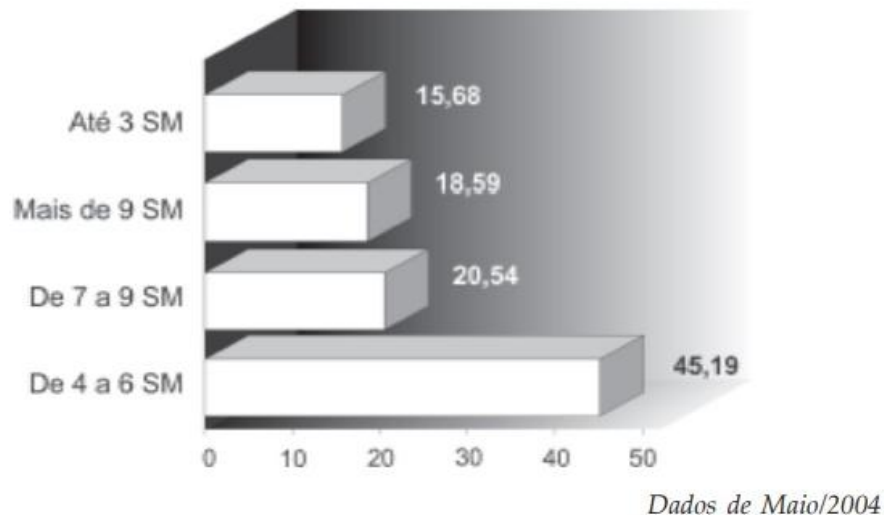
Figura 5 Sobre a carga horária de trabalho dos Assistentes Sociais no Brasil.



Fonte: (CFESS, 2005, p. 30)

No nível nacional, vê-se uma clara prevalência da carga horária de 40 horas (50,70%), seguida pela de 30 horas (28,65%); no nível regional, apenas no Norte a de 30 horas se equipara com a de 40 horas (40% para cada). No Sul e no Sudeste é maior o contingente dos que trabalham 40 horas semanais, 63,03% e 55,82% respectivamente (CFESS, 2005, p. 29).

Figura 6 Sobre Nível salarial dos Assistentes Sociais no Brasil.



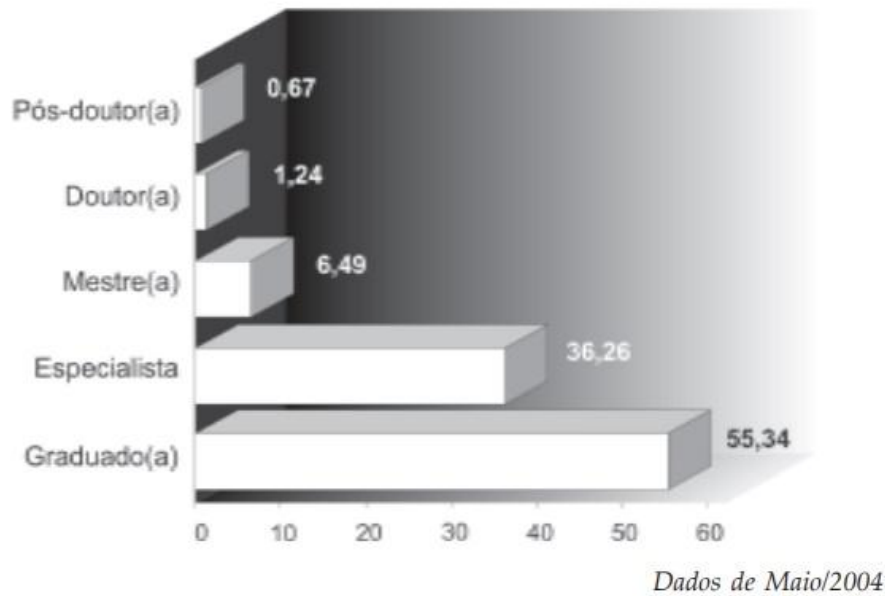
Fonte: (CFESS, 2005, p. 31)

De acordo com o gráfico a seguir, o nível salarial das(os) assistentes sociais em salários-mínimos (SM) está demarcado no intervalo de R\$

960,00 a R\$ 1.440,00 (para 45,19%), de R\$ 1.680,00 a R\$ 2160,00 (para 20,54%), de mais de R\$ 2.160,00 (para 18,59%) e de até R\$ 720,00 (para 15,68%).

No que se refere ao perfil das relações de trabalho das(os) Assistentes Sociais, a formação atual dos profissionais, está composta dos seguintes resultados:

Figura 7 Sobre a Formação profissional do Assistentes Sociais no Brasil



Fonte: (CFESS, 2005, p. 32)

Sobre a formação profissional atual das(os) assistentes sociais, observa-se que a maioria ainda não teve acesso à pós-graduação, já que 55,34% possuem apenas a graduação; seguem-se as(os) que são especialistas (36,26%) e as(os) que são mestras(es), doutoras(es) e pós-doutoras(es), com índices bem inferiores, mostrando-se que a pós-graduação lato sensu ainda é a mais acessível, embora para um pouco mais de 1/3 da categoria (CFESS, 2005, p. 32).

Em relação ao entendimento da categoria acerca da Legislação Profissional, incluindo a Lei de Regulamentação da Profissão, as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social e o Código de Ética da Profissão, bem como a Tabela Referencial de Honorários chegou a seguinte conclusão:

Figura 8 Sobre o conhecimento da categoria acerca da legislação do Serviço Social no Brasil.

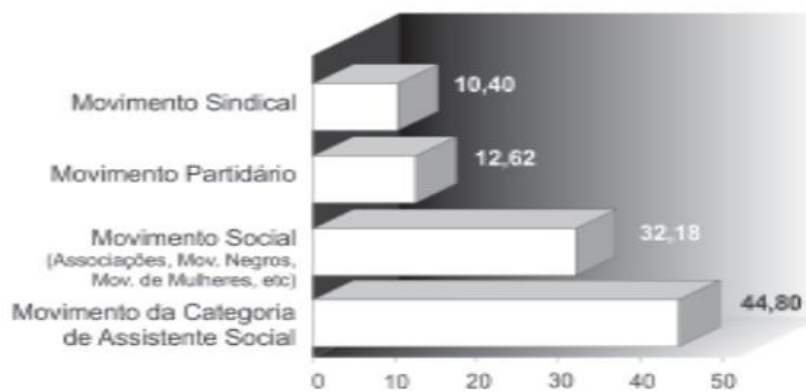
	SIM	43,85	90,55	96,37	32,73	60,31
Legislação X Conhecimento		Diretrizes Curriculares	Lei de Regulamentação	Código de Ética	Tabela de Honorários	Legislação Respalda o Cotidiano
	NÃO	56,11	9,45	3,63	67,27	39,69

Dados de Maio/2004

Fonte: (CFESS, 2005, p. 38)

Esse tópico aborda na pesquisa os indicadores referentes à: participação em alguma atividade política, o tipo de movimento e a participação em conselhos de direitos ou de políticas sociais.

Figura 9 Sobre a participação política dos profissionais em movimentos e conselhos de direitos no Brasil.

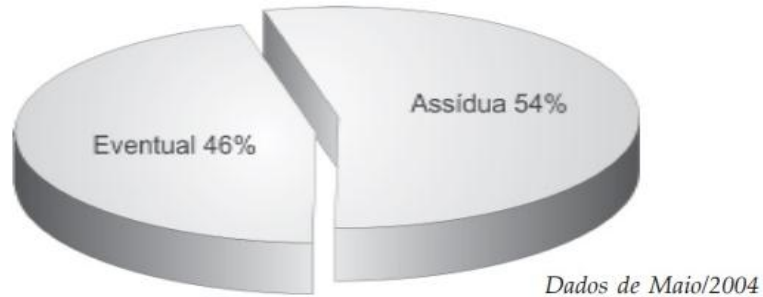


Dados de Maio/2004

Fonte: (CFESS, 2005, p. 43).

Em relação à participação em atividade política é possível perceber que as(os) assistentes sociais ainda não fazem intervenções tão significativas nos processos políticos decisórios, apesar de viverem a construção da democracia e o alargamento do “controle social”, pois a participação em atividade política possibilita a conquista, a instalação de regras democráticas, a autopromoção humana, enfim, a cidadania. O fato é que somente 32% das(os) entrevistadas(os) participam de atividade política. (CFESS, 2005, p. 41-42).

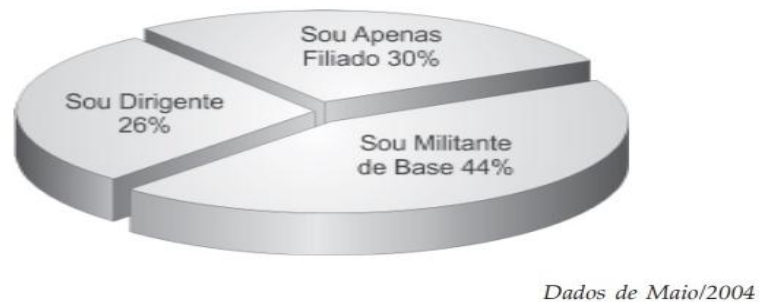
Figura 10 Sobre a frequência dos profissionais em movimentos políticos no Brasil.



Fonte: (CFESS, 2005, p. 44).

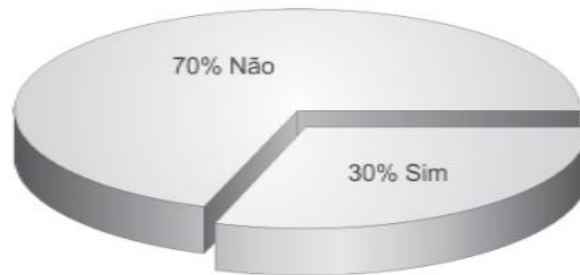
A participação das(os) assistentes sociais no movimento partidário é maior no Sudeste (15,52%) e no Norte (14,29%). Este fato comprova que a fragmentação do movimento sindical no Brasil atingiu os profissionais em Serviço Social, embora a participação destas(es) direcionada ao movimento da categoria continue forte em várias regiões do país. (CFESS, 2005, p. 44).

Figura 11 Sobre a situação dos profissionais junto aos movimentos partidários no Brasil.



Fonte: (CFESS, 2005, p. 45).

Figura 12 Sobre a participação dos profissionais de Serviço Social em conselhos de direito no Brasil.



Dados de Maio/2004

Fonte: (CFESS, 2005, p. 46)

A pesquisa obteve o seguinte resultado: 69,56% das(os) entrevistadas(os) nos encontros afirmam a não-participação em conselhos, enquanto que 30,44% informam que participam. (CFESS, 2005, p. 47).

3.O SERVIÇO SOCIAL NO RECÔNCAVO DA BAHIA

O intuito do presente capítulo é tecer breves considerações acerca do Recôncavo da Bahia sua especificidade geográfica e histórica, bem como discutir a inserção do Serviço Social nesta região e suas particularidades, além de reportar a adesão do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia correlacionado a Universidade com as políticas de expansão de ensino superior no país.

3.1 O Recôncavo e a UFRB, Considerações.

O Recôncavo Baiano¹⁸ é uma região geográfica localizada em torno da Baía de Todos-os-Santos, abrangendo não só o litoral mas também toda a região do interior circundante à Baía, o Recôncavo inclui a Região Metropolitana de Salvador, onde está a capital do estado da Bahia, Salvador e outras cidades circundantes à Baía de Todos-os-Santos, entre elas, as de maior representatividade histórica e econômica são: Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus, Santo Amaro, Amargosa, Nazaré, Salinas da Margarida, Cachoeira, Jaguaripe, São Félix, Castro Alves, e Maragogipe. O Recôncavo baiano é uma região brasileira de enorme influência Africana. Para ali foram trazidos milhares de escravos, sobretudo para trabalharem na produção de cana de açúcar.

O Recôncavo da Bahia é considerado, com razão, um dos berços da nação brasileira. Terra rica em história, cultura e tradições e ao mesmo tempo herdeira de um sistema escravocrata implacável, que produziu uma sociedade marcada pela desigualdade e discriminação social e étnico-racial, o Recôncavo está enfrentando, ao entrar no século XXI, um novo desafio: forjar um olhar crítico sobre o seu passado para poder, enfim, construir um futuro capaz de transformar as distorções do passado e do presente. A criação da UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia representa, nesse sentido, uma iniciativa ímpar para a realização dessas metas. (UFRB, PPC, 2008 p.5).

Criada pela lei 11.151 de 29 de julho de 2005, por desmembramento da antiga Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, (BRASIL, 2005) a

¹⁸ O termo recôncavo, originalmente usado para designar o conjunto de terras em torno de qualquer baía, se associou, no Brasil, desde os primórdios da colonização, à região que forma um arco em torno da Baía de Todos os Santos. (NACIF, 2010 *apud* SANTOS, 2014).

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), é constituída em um modelo *multicampi*. Com sede e foro na cidade de Cruz das Almas e unidades instaladas nos municípios de Amargosa, Cachoeira, Feira de Santana, Santo Amaro e Santo Antônio de Jesus, é uma autarquia com autonomia administrativa, patrimonial, financeira e didático-pedagógica e tem como objetivo principal explorar o potencial socioambiental de cada espaço do Recôncavo Baiano. A UFRB possui atualmente 7 centros acadêmicos: Centro de Artes, Humanidades e Letras (Cachoeira), Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (Cruz das Almas), Centro de Ciências da Saúde (Santo Antônio de Jesus), Centro de Formação de Professores (Amargosa), Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (Cruz das Almas), Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias aplicadas (Santo Amaro) e Centro de Ciências e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (Feira de Santana).

Conta com um total de 7.948 alunos ativos, 1530 servidores¹⁹, destes, 710 são técnicos e 820 docentes (8 Graduados, 42 especialistas, 256 mestres e 514 doutores). O campus de Cachoeira, sede do Centro de Artes, Humanidades e Letras – (CAHL), oferece, desde a sua abertura em outubro de 2006, conta com uma média de 1.535 alunos ativos e 122 servidores. Os seguintes cursos de graduação: Serviço Social, Ciências Sociais, História, Museologia, Jornalismo, Artes Visuais, Cinema e Audiovisual, e Gestão Pública.

3.2 O Serviço Social e a UFRB Aspectos Formadores.

Destarte a UFRB, é fruto da política de Apoio e Restruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, (BRASIL, 2007) é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do governo de ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva(LULA) (2003-2007). O programa REUNI criado pelo governo federal em certa medida, adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovessem a sua expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior em todo País.

¹⁹ Fonte: PROGRAD e PROGEP dados coletados em agostos de 2017.

Na esteira das rápidas e intermitentes mudanças na política de educação superior, o ano de 2007 indica a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), responsável pela ampliação significativa das IFES e materializada pela construção de novas instituições; abertura de novos cursos, inclusive na área do Serviço Social; realização de concursos públicos para docentes e técnicos administrativos; abertura de novas vagas nesse âmbito de ensino. Um importante ganho para os estudantes materializa-se com a aprovação da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). (LEWGOY, MARCIEL e REDEIL, 2013, p. 98).

Concomitantemente sendo “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família”. Como preconiza o art. 205 da constituição de 1988 (BRASIL, 1988). A criação da primeira Universidade Pública no Recôncavo representa para toda população da região, uma enorme conquista, haja vista que por se tratar de uma região do Estado da Bahia, majoritariamente negra, de baixa renda e de nível de escolaridade extremamente baixo, a universidade emerge num prisma de mudança deste cenário. Conforme (RIGON, SILVA, *et al.*, 2012), vale também destacar o papel dos movimentos reivindicatórios, que dentro do entendimento do papel transformador da educação para a sociedade sempre estiveram na luta pela conquista de uma educação pública e de qualidade na região do Recôncavo. (ROZENDO, SILVA, *et al.*, 2014) acrescentam que:

A criação de uma universidade federal no Recôncavo da Bahia é resultado da luta popular desta região pela democratização do acesso ao ensino de terceiro grau no Estado da Bahia, cujo curso de sua história assinalava a oferta de apenas uma universidade pública federal, restringindo-se, dessa maneira, a possibilidade de jovens ingressarem em um curso superior, porquanto a demanda era muito maior que a oferta. Assim, um processo social reivindicador, de natureza comunitária, consolidou-se, ao mesmo tempo em que o projeto de Expansão das Universidades Federais propiciou sua implantação. (ROZENDO, SILVA, *et al.*, 2014, p. 14).

Para o Recôncavo representa de fato um impulso para o desenvolvimento científico, cultural e econômico da região. Além disso, surge para toda comunidade como uma oportunidade de mudança, de cenário das desigualdades sociais que tão fortemente marcam esta região. Isso porque jovens e adultos pobres e negros em sua grande maioria, idealizam na formação superior, a oportunidade para mudança de suas condições de vida e suas famílias.

Verificou-se também que a entrada da universidade movimentou o cenário local, gerando um conflito político na região, haja vista que existiam interesses por

parte dos gestores municipais para que a instituição instalasse campos em suas cidades, e que isso iria propiciar o desenvolvimento de suas localidades.

A implantação da Universidade Federal do Recôncavo Bahia (UFRB) traz consequências não apenas para as cidades em que ela está inserida, mas sua presença também causa conflitos de interesses em outras cidades do Recôncavo Baiano, visto que suas lideranças políticas se mobilizam para ter um campus da UFRB. Estas lideranças político-partidárias sempre vinculam a presença da universidade na cidade ao dito “desenvolvimento local e regional” e a um efeito imediato sobre a dinâmica econômica das cidades. Muitos destes políticos partidários têm o apoio de outras lideranças da sociedade civil: professores, associações, sindicatos, as quais, por sua vez, mobilizam a opinião pública a fim de reivindicar para si um campus. (SANTANA, 2012, p. 3).

Esse ideal de desenvolvimento ao nosso entender fica restrito no campo econômico por parte dos gestores políticos da região. Contudo o real desenvolvimento em determinada sociedade, só acontece quando o Estado atende as reivindicações dos grupos sociais “respeitando suas características culturais e históricas, além de igualdade de condições no acesso aos benefícios que essas mudanças poderão trazer” (SANTANA & FERNANDES, 2009). O desenvolvimento acontece quando a sociedade em sua totalidade participa ativamente desse processo.

Dada a necessidade histórica, social e política da região do recôncavo, em conceber um curso de nível superior, que em certa medida pudesse contribuir para uma mudança de cenário, formando profissionais que são em sua maioria desta região e conhecem como ninguém a realidade como atores sociais. Inicia o curso de Bacharel em Serviço Social nesta universidade no ano de 2008²⁰. A proposta de construção do curso de Serviço Social na UFRB, leva em consideração a demanda da categoria de Assistentes Sociais e a consulta de documentos produzidos pelas entidades representativas da categoria profissional, além disso experiências adotadas em distintas unidades de ensino superior em todo o país, serviu de inspiração para a adoção do curso na UFRB.

Levando esta perspectiva em consideração, a criação do curso de graduação em Serviço Social atende a uma necessidade histórica e social da Região do Recôncavo da Bahia. Será de grande importância para a sociedade baiana a criação do primeiro curso de Serviço Social oferecido por uma instituição Pública de ensino (UFRB, PPC 2008 p.5).

²⁰ A criação do curso de graduação de Serviço Social, proposta pela comissão de expansão do centro, foi aprovada pelo Conselho Diretor do Centro em 29 de março de 2007. (PPC Serviço Social).

Ressalta que esta é a primeira instituição Federal de ensino público da Bahia a implantar o curso de nível superior, que até então só era oferecido em instituições privadas. Salieta (MENDONÇA, 2013), que “ressalta-se o protagonismo da UFRB na constituição do primeiro curso de Serviço Social na realidade da Bahia, resultante de um contexto de luta da categoria e de lideranças locais para que o mesmo fosse implementado”.

A constituição do curso de Serviço Social no âmbito das Universidades Federais Baianas representa um marco histórico necessário para alargar os horizontes da formação e do trabalho profissional. Além disso, a criação do curso nestas universidades demarca a necessidade de analisarmos criticamente a lógica da proteção social e dos direitos na sociedade contemporânea, especialmente sinalizando suas configurações no Estado. (ROZENDO, SILVA, *et al.*, 2014, p. 07).

Considerando o cenário atual, onde se apresenta uma retração, das conquistas da classe trabalhadora, onde a necessidades de se reafirmar direitos é extremante necessário, o Serviço Social tem em suas demandas exercer suas capacidades crítico/reflexiva, afim de entender as questões postas na atualidade e desenvolver respostas propositivas, Citando (ARANHA, 2005, MENDONÇA, 2013) assinala que:

[...] numa direção de reafirmação dos direitos no contexto de crescente precarização das condições de vida e de trabalho das famílias. Tal processo tem suscitado à necessidade do curso de Serviço Social compreender melhor o cenário do trabalho profissional, face ao desafio de sintonizar a formação às demandas postas ao mercado de trabalho, o que implica ter como premissa que “as profissões têm passado por alterações significativas nas condições e relações de trabalho na contemporaneidade. Importa, portanto, não apenas identificá-las, mas compreendê-las à luz dos condicionamentos sócio-históricos que as produzem” (ARANHA, 2005.p.9 *apud* MENDONÇA, 2013).

Dentro das transformações societárias presente desde os anos 1990, onde se destaca a intensificação das relações entre o setor público e privado, tem requisitado das entidades representativas de Serviço Social a realização de constantes pesquisas sobre o mercado de trabalho profissional, na perspectiva de tentar compreender o avanço da crise do capital e seus rebatimentos nos determinantes do exercício profissional. Isso requer da categoria uma análise crítica e atenta aos avanços das contradições presentes na questão social, ao mesmo tempo em que tenta buscar formas de enfretamento dessas expressões.

A UFRB, se destaca como pioneira na implementação do curso de Serviço Social, certamente contribui e muito nesse processo, pois, ao formar profissionais críticos e competentes para o mercado de trabalho sempre dialogando com outros profissionais do Recôncavo, se apropriando das reais dimensões e desafios do fazer profissional.

O processo de trabalho no Serviço Social é determinado por configurações estruturais e conjunturais da questão social, e pelas formas históricas específicas que assumiu a exclusão social na Bahia e no Recôncavo. A formação do profissional de Serviço Social, que se caracteriza pela sua capacidade de elaboração crítica e intervenção na questão social, deverá trazer benefícios consideráveis para população desta região, marginalizada pelo processo de reestruturação produtiva, e tão carente do ponto de vista sócio-econômico. (PPC SERVIÇO SOCIAL UFRB, p .5)

Mesmo de forma modesta o recôncavo amplia seu mercado de trabalho para esses profissionais e nesse processo o aumento do número de profissionais na região. É cada vez mais comum a inserção de Assistentes Sociais nos distintos campos de atuação que se abrem no recôncavo, muitos destes profissionais são egressos da UFRB, que através de concursos públicos, contratos ou prestação de serviço, ocupam espaços que até então não eram ocupados.

Segundo dados do relatório preliminar que faz estudos sobre a média concluintes, evadidos e matriculados semestralmente realizado nos períodos de 2010 a 2015 nos cursos da UFRB²¹, ao longo dos 10 anos de curso a instituição já formou cerca de 18 turmas totalizando um total de 183 concluintes até 2015, tendo sua primeira turma graduada em 2012. Oferece por semestre cerca de 50 vagas por turma, 100 ingressantes por ano. Segundo nosso levantamento realizado até o presente momento, atualmente o curso conta com cerca de 387 alunos ativos, divididos nos turnos diurno e noturno. A distribuição da carga horária por componentes curriculares está definida da seguinte forma: Nas disciplinas obrigatórias totalizam 2.142 horas, optativas 340 horas, estágio supervisionado 392 horas, atividades complementares

²¹ A evasão em cursos de graduação é um dos maiores problemas nas instituições de ensino superior. E atualmente as discussões sobre os motivos que levam a esse fenômeno se tem ampliado no meio acadêmico. Identificar o que leva o estudante a sair do ensino superior é importante, pois “as *perdas* de estudantes que iniciam, mas não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos” (Silva, 2007).

128 horas perfazendo um total de 3.002 de curso. O tempo Mínimo 3 anos (7 semestres) tempo Médio 4 anos (8 semestres) tempo Máximo 7 anos (14 semestres).

Se consolidando enquanto matéria do saber o curso de Serviço Social²² na UFRB, nesse ano de 2018, comemora dez anos de sua implantação, se solidifica na perspectiva do seu corpo docente. Além disso, tem oportunizado aos seus discentes a realização de um ensino superior, próximos da sua realidade local numa abordagem crítica e dialética. Em seguida dentro do presente capítulo conceituaremos a inserção do Serviço Social no município de Cruz das Almas–Ba.

²² O curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia obteve o reconhecimento pelo Ministério da Educação (MEC) com o conceito quatro (o máximo é cinco), com divulgação no Diário Oficial da União, através da Portaria nº 220, de 1º de novembro de 2012. O processo de reconhecimento foi concluído após visita realizada por uma comissão de avaliadores enviada pelo Ministério ao Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), com sede na cidade de Cachoeira.

4.O SERVIÇO SOCIAL, VINCULOS E CENÁRIO DE REMUNERAÇÃO PROFISSIONAL EM CRUZ DAS ALMAS- BA.

Nesta seção pretende -se apresentar considerações acerca do município, de Cruz das Almas bem como evidenciar os dados coletados com a pesquisa empírica. Este capítulo sinaliza a parte mais decisiva deste estudo, pois traz os elementos importantes acerca da inserção do Serviço Social no município.

4.1 O Município.

Cruz das Almas²³ é um município brasileiro do estado da Bahia. Sua população fixa estimada em 2017 era de 64.932 habitantes, Área da unidade territorial 2016 (km²) 139,117. O município limita-se ao Norte com Governador Mangabeira, ao sul com São Felipe, a oeste com Conceição do Almeida e Sapeaçu e a leste com São Félix. Situa-se no Recôncavo Sul da Bahia, distando 146 quilômetros da capital do Estado, Salvador, a qual liga-se pela BR-101 e BR-324. Integra o arranjo urbano-regional (AUR) de Salvador, metrópole na qual está centralizado e à qual Cruz das Almas está subordinada na hierarquia urbana brasileira como centro sub-regional. Compõem também o AUR baiano Feira de Santana como centro regional e Santo Antônio de Jesus, Alagoinhas e Valença na mesma categoria de Cruz das Almas. A economia da cidade é voltada em torno da agricultura, com destaque para plantações de: fumo, laranja, limão Taiti e mandioca. O município possui várias indústrias e distribuidoras nacionais que exportam seus produtos para vários países. A cidade é conhecida por ser apelidada de "Capital do Fumo" por ser a maior produtora de tabaco da Bahia e possuir muitas indústrias voltadas para a cultura do fumo. A cidade é uma das maiores exportadoras de fumo da América Latina, distribuindo mais de 1000 toneladas de fumo por ano a países de todo o mundo.

É considerado como um importante centro sub-regional de nível "B",²⁴ sendo a segunda cidade mais importante do Recôncavo Sul. O município de Cruz das Almas

²³ Dados disponíveis em <http://www.cruzasalmas.ba.gov.br/historia> acesso em 13 fevereiro de 2018.

²⁴ É uma categoria de cidade da hierarquia urbana do Brasil, definida pelo IBGE, que compreende cidades que exercem influência preponderante sobre os demais centros próximos, por se distinguir em bens, serviços, movimentos culturais, movimentos políticos etc. É hierarquizado em dois níveis, A e B, sendo que no primeiro se enquadram 31 centros urbanos e no segundo 51. Isso totaliza 82 centros

foi criado através da Lei n.º 119 de 29 de julho de 1896, desmembrando-se de São Félix. Diz a lenda que o nome Cruz das Almas, faz referência aos antigos tropeiros que passavam pela região que ao chegarem na antiga vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso, eles encontravam no centro da vila uma cruz de frente a Igreja Matriz onde paravam e rezavam para as almas dos seus mortos. Há também que o nome possa ser em virtude de os portugueses terem uma cidade portuguesa de nome igual por isso batizou o nome da cidade de Cruz das Almas.

O município é notadamente uma região de bastante relevância dentro do cenário do Recôncavo, com destaque por ser o município que sedia a reitoria da UFRB, além disso, se destaca principalmente por ser um polo formador de diversos cursos de nível superior, dentre eles o curso de Serviço Social.

Segundo a base única e oficial de dados e informações relativas às Instituições de Educação Superior – IES, o e-MEC, o município conta atualmente com cerca de 06 instituições de Educação Superior que oferecem o curso de bacharelado em Serviço Social são elas: Faculdade Batista Brasileira Do Recôncavo (FBBR), Faculdade Maria Milza (FAMAM), Universidade Pitágoras (Unopar), Universidade Salvador – (UNIFACS), Faculdade Dom Pedro II – (FDP II) Faculdade de Ensino Superior da Cidade de Feira de Santana – (FAESF/UNEF). Sendo a FBBR e a FAMAM cursos presenciais e UNOPAR E UNIFACS educação a distância (EAD). A FDP II e FAESF/UNEF, ainda não estão com seus polos em funcionamento apesar de seus registros já estarem confirmados no site do e-MEC.

Destarte no que se refere as áreas de atuação do Serviço Social no município, conta com um contingente de aproximadamente de 80 profissionais registrados no Conselho Regional de Serviço Social –CRESS-Ba da 5ª região.

4.2 Os Vínculos Profissionais.

Diante de tais informações acerca do município, faz se necessário apresentação dos dados levantados com a pesquisa que teve como finalidade

sub-regionais. São cidades médias que oferecem bens e serviços às cidades menores à sua volta; são menores que as metrópoles nacionais ou regionais.

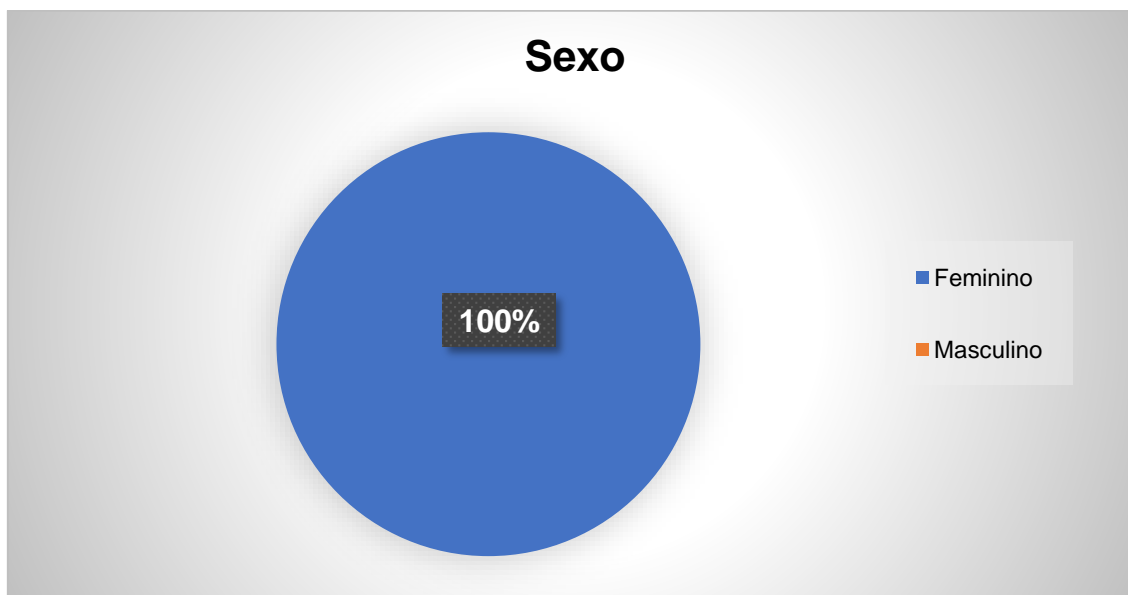
conhecer a atuação do Serviço Social no município, os vínculos profissionais estabelecidos e cenário de remuneração profissional.

Para a efetivação do presente trabalho, foi delimitado como participantes da pesquisa 04 profissionais de Serviço Social, representante cada um uma área de atuação, no município de Cruz das Almas- Ba. A amostragem se deu nas áreas de: Assistência Social, Educação, Previdência Social e Saúde. Considerada dentre todas as áreas, as de forte impacto no município. Posto que no entendimento esses profissionais representam a categoria profissional enquanto ser remunerado que com diferentes experiências, possibilitou perceber e estudar o perfil remunerativo da categoria.

Conforme é de praxe foi entregue aos entrevistados duas vias (uma ficou sob posse do entrevistado e outra sob posse do pesquisador) do Termo de Consentimento, que foram assinadas por eles e contendo a assinatura do entrevistador. Além disso foi dado aos entrevistados todos os esclarecimentos de necessários acerca da preservação de suas identidades, do livre arbítrio para responder ou não às questões, e a possibilidade de desistência em qualquer momento da pesquisa. Os questionários foram entregues aos profissionais nos seus respectivos locais de trabalho e resgatados posteriormente.

Sobre o perfil dos entrevistados obtive as seguintes informações:

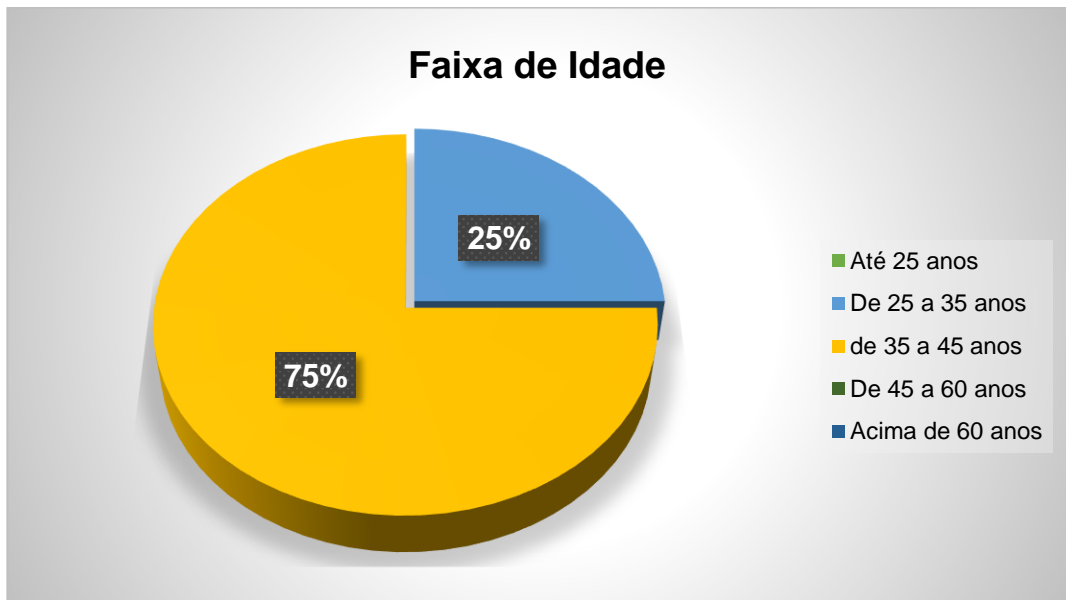
Gráfico 1 Sexo dos profissionais de Serviço Social entrevistados – Cruz das Almas-Ba - 2018



Fonte: Elaboração própria - Pesquisa direta

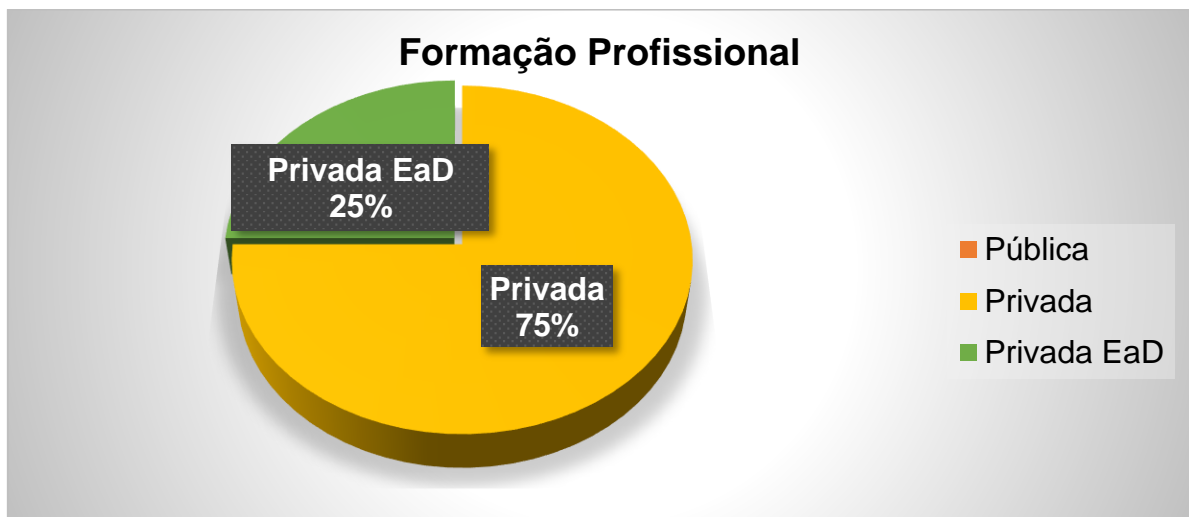
Seguindo a média nacional no município a predominância feminina é uma característica marcante.

Gráfico 2 Faixa de Idade dos profissionais de Serviço Social entrevistados – Cruz das Almas- Ba - 2018



Fonte: Elaboração Própria - Pesquisa direta

Gráfico 3 Formação Profissional dos profissionais de Serviço Social entrevistados – Cruz das Almas- Ba - 2018



Fonte: Elaboração própria - Pesquisa direta

Chama a atenção que 100% das entrevistadas fizeram suas graduações em instituições privadas, o que pode ser entendido é que existe ainda uma hegemonia das IES privadas na oferta do curso de Serviço Social, principalmente no Recôncavo da Bahia.

Quando perguntados se possuíam especialização, a maior parte das entrevistadas possuíam em áreas distintas tais como: Estratégia em saúde coletiva, Qualidade e segurança do paciente na urgência e emergência e Serviço Social e saúde. Apenas 01 das entrevistadas não possuía especialização. Ainda a nível de pós-graduação quando perguntadas, nenhuma das entrevistadas possuíam mestrado ou doutorado.

No que se refere as áreas de atuação comumente utilizadas no Serviço Social no município. A profissão está inserida no âmbito da Assistência Social, Saúde, Previdência Social, Educação, Entidades privadas e filantrópicas. Dentro do recorte as áreas definidas a partir da evidencia que seriam setores de maior consistência do Serviço Social foram as de: saúde, educação, assistência e previdência.

Em tempo, destaca-se que a área de atuação Sócio-jurídico não é ofertada no município em questão.

Gráfico 4 Tempo de Atuação dos profissionais de Serviço Social entrevistados – Cruz das Almas- Ba - 2018



Fonte: Elabora própria - Pesquisa direta

Neste item verifica-se que a as profissionais com o maior tempo de atuação nas áreas pesquisadas são as profissionais que mantêm o vínculo empregatício em instituições de âmbito federal.

Quando perguntados sobre o número de instituições que atuam profissionalmente, temos as seguintes informações:

QUADRO 1 Quantidade de Instituições que os profissionais de Serviço Social entrevistados atuam - Cruz das Almas - BA - 2018

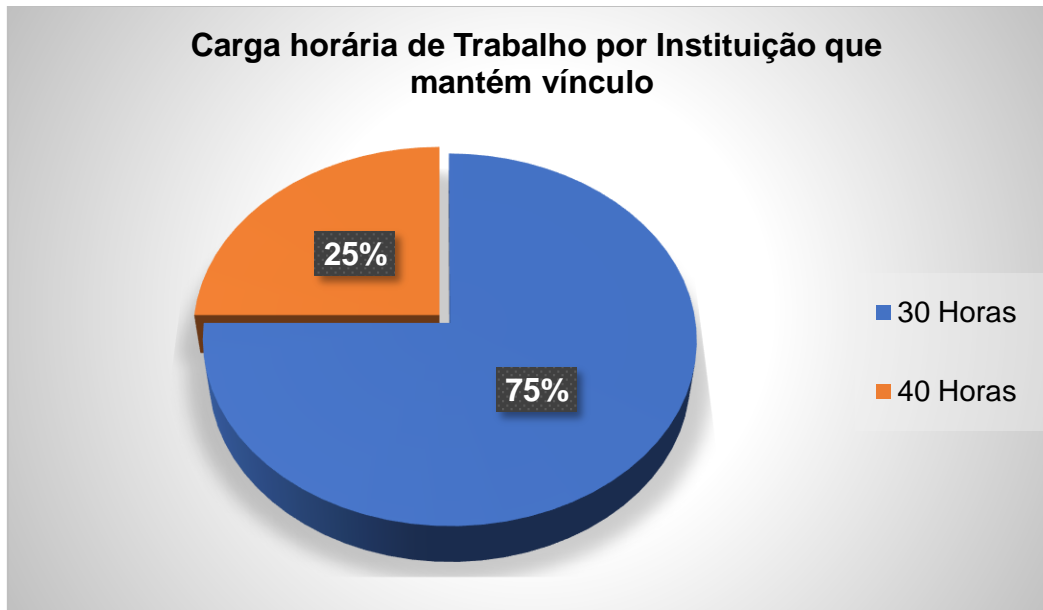
Entrevistada 1	02 Instituições
Entrevistada 2	01 instituição
Entrevistada 3	01 Instituição
Entrevistada 4	01 Instituição

Fonte: Elaboração própria - Pesquisa direta

Deve-se destacar que a entrevistada 01 apesar de informar que atua em 02 instituições, no âmbito municipal e no setor privado, quando perguntada quando perguntada sobre as áreas de atuação ela informou atuar em apenas 1 (uma) área que era o setor municipal, desconsiderando o outro cargo, sua faixa salarial, e a carga horária de trabalho. O que se percebe é de fato a profissional não considerar sua atuação no setor privado como área de atuação do Serviço Social, a profissional cita a instituição, porém não se reconhece em parte constituinte da instituição. Essa peculiaridade chamou a nossa atenção no momento da coleta, mais a baixo retomase novamente a discussão em uma perspectiva crítica de análise.

Ao analisar a carga horária de trabalho por instituição que mantém vínculo obteve a seguintes informações.

Gráfico 5 Carga horária de trabalho dos profissionais de Serviço Social entrevistados por instituição que mantém vínculo – Cruz das Almas – Ba 2018



Fonte: Elaboração própria - Pesquisa direta

Ao analisar o gráfico percebemos que 75% dos entrevistados, cumprem a carga horária de acordo com a Lei 12.317/2010, que regulamenta as 30 horas semanais de trabalho aos assistentes sociais. Esse dado no município vai de encontro com a média nacional que segundo ALMEIDA, 2017.

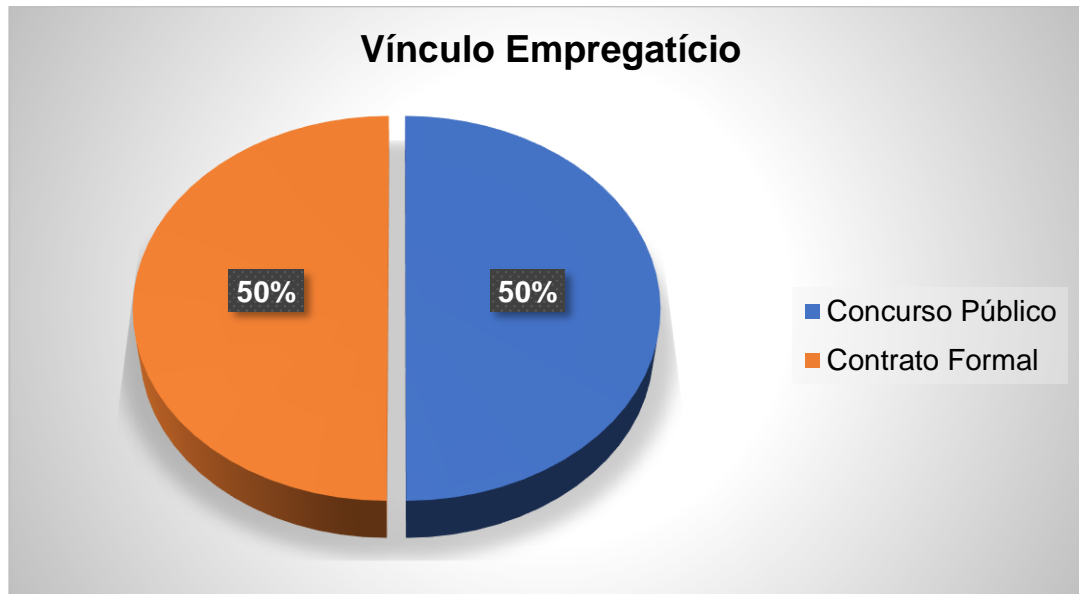
[...] A jornada de trabalho predominante é de 40 horas semanais, abrangendo 50,70% dos assistentes sociais, mais incidente nas instituições públicas municipais, seguido do terceiro setor e das empresas privadas, que também inclui os profissionais com carga horária superior às 40 horas semanais (8,11%). A carga horária de 30 horas está presente na atuação de 28,65% dos profissionais. (ALMEIDA, 2017, p.7).

Sobre a análise da respectiva autora citada a se concentra nas análises das pesquisas publicadas sobre o perfil do profissional de Serviço Social no Brasil, realizado pelo CFESS no ano de 2004. Na qual o cenário ainda era muito instável para a categoria profissional, e a lei de 30 horas não era entendida e respeitada tanto pelos próprios profissionais, quanto pelas instituições empregadoras, claramente esse cenário vai mudando ao longo do tempo. Contudo muitos profissionais ainda se submetem às 40 horas semanais como ficou evidente em 25% dos entrevistados.

A carga horaria e o vínculo profissional ao nosso olhar são características intrínsecas uma a outra, dada que elas determinam as relações de trabalho, a autonomia relativa dos profissionais e as contradições existentes. Quando

questionadas sobre qual era o vínculo empregatício estabelecido temos os seguintes resultados:

Gráfico 6 Vínculo empregatício dos profissionais de Serviço Social entrevistados – Cruz das Almas – Ba - 2018



Fonte: Elaboração própria - Pesquisa direta

Assim percebe-se que no nosso recorte existe um equilíbrio no quesito vínculo empregatício. Contudo no mapeamento previamente realizado antes realizado antes de realizar o questionário foi identificado que existem também profissionais que atuam como cargos comissionados. É notório que a maior parte dos profissionais do município atuam no âmbito da Assistência Social, esses profissionais em sua grande maioria possuem vínculos de trabalhos temporários, dado principalmente pela questão política partidária que determina quem serão os profissionais contratados e o tempo que atuaram num determinado setor. Cabe destacar que o município não acompanha o cenário nacional pelo CFESS 2004, onde:

[...]de acordo com o estudo, 78,16% desses profissionais atuam em instituições públicas de natureza estatal, sendo 40,97% no município, 24% no estado e 13,19% no âmbito federal. Outros (as) 13,19% trabalham em empresas privadas, seguido das instituições do terceiro setor que empregam 6,81% desses profissionais. [...] Em todas as regiões do país, o principal tipo de vínculo é o estatutário (55,68%), menor que o índice relativo às instituições públicas (78,16%), seguido dos contratos com base na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), 27,24%, dos contratos temporários 9,41% e dos serviços prestados que representam 5,84%. (ALMEIDA, 2017 p. 6).

A peculiaridade expressa no município reflete uma característica presente na maioria dos municípios brasileiros, principalmente o de trabalhadores que atuam no âmbito da Assistência Social, onde a fragilização do contrato de trabalho, ausência de vínculos e falta das condições físicas básicas para o exercício de suas atribuições é uma das principais barreiras posta a efetivação do trabalho profissional. Além disso:

As mudanças sofridas pelo mundo do trabalho apresentam significativos rebatimentos para o mercado de trabalho do assistente social, com a redefinição da atuação em algumas áreas e ampliação em outras, como é o caso da Política de Assistência, que requisita cada vez mais profissionais por conta da ampliação dos programas de transferência de renda e do processo de descentralização e municipalização dos serviços. (PAZ, 2015, p.6).

De fato, o número de profissionais inseridos no âmbito da Assistência Social, é superior do que qualquer outra área de atuação do Serviço Social no município, essa característica está associada também a inserção da Política de Assistência Social introduzida na constituição de 1988, que estabeleceram assim o direito do cidadão a Saúde, Previdência e Assistência Social formando assim o tripé da Seguridade Social. A expansão dessas políticas demanda cada vez mais um contingente de profissionais onde atuam nas áreas de Planejamento, Implementação, Avaliação e Gestão. Contudo inseridos nesses espaços de atuação esconde enfrentam “diversas intencionalidades, concepções, valores e propostas de sujeitos singulares e coletivos em tornos de distintos projetos em constante disputa” (RAICHELIS *apud* PAZ 2015 p.7).

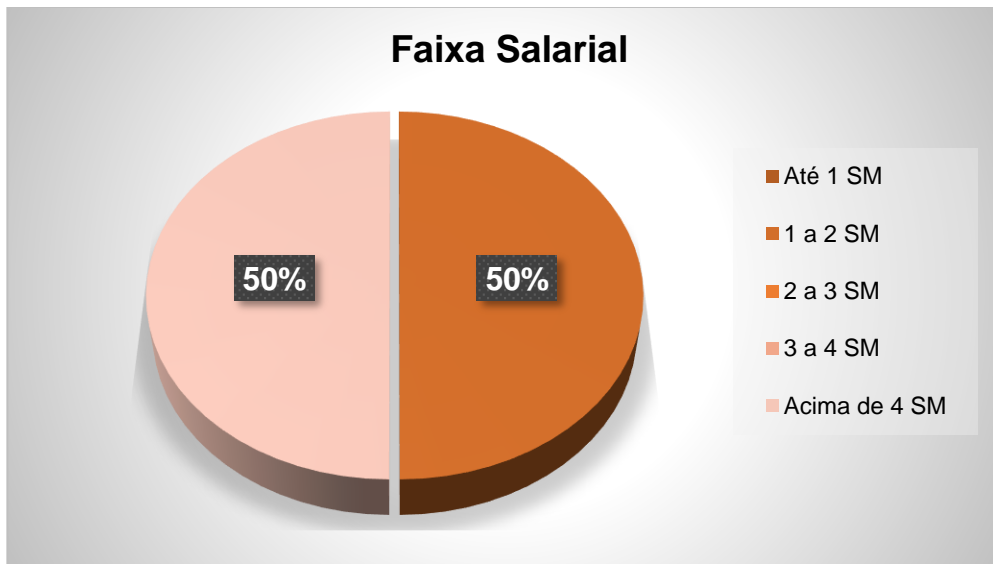
A título de exemplo sobre a precarização do trabalho na Política de Assistência Social, em se tratando de vínculo empregatício, segundo dados da MUNIC-IBGE/2013, o quadro de recursos humanos da política no país em 2013 era composto por 37,2% de servidores estatutários, 35,8% sem vínculo permanente, 16,6% possuíam somente cargos comissionados, e 7,0% eram empregados públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). (PAZ, 2015 p.7).

Dentre esses servidores precarizados os Assistentes Sociais somam o maior número porque esses são considerados profissionais de “referência para composição das equipes nos equipamentos da proteção social básica e especial” e acabam se submetendo a esses vínculos. (PAZ, 2015 p.8).

4.3 Exercício profissional e Inquietações da categoria profissional

Retomando a pesquisa questionamos as profissionais se as mesmas têm ou já tiveram acesso a Tabela de Honorários do Serviço Social 80% das profissionais informaram ter acesso. Ao mesmo tempo perguntamos sobre as faixas salariais, tomando como base o Salário Mínimo (SM), obtendo os seguintes resultados:

Gráfico 7 Faixa salarial dos Profissionais de Serviço Social entrevistados – Cruz das Almas – Ba - 2018



Fonte: Elaboração própria - Pesquisa direta

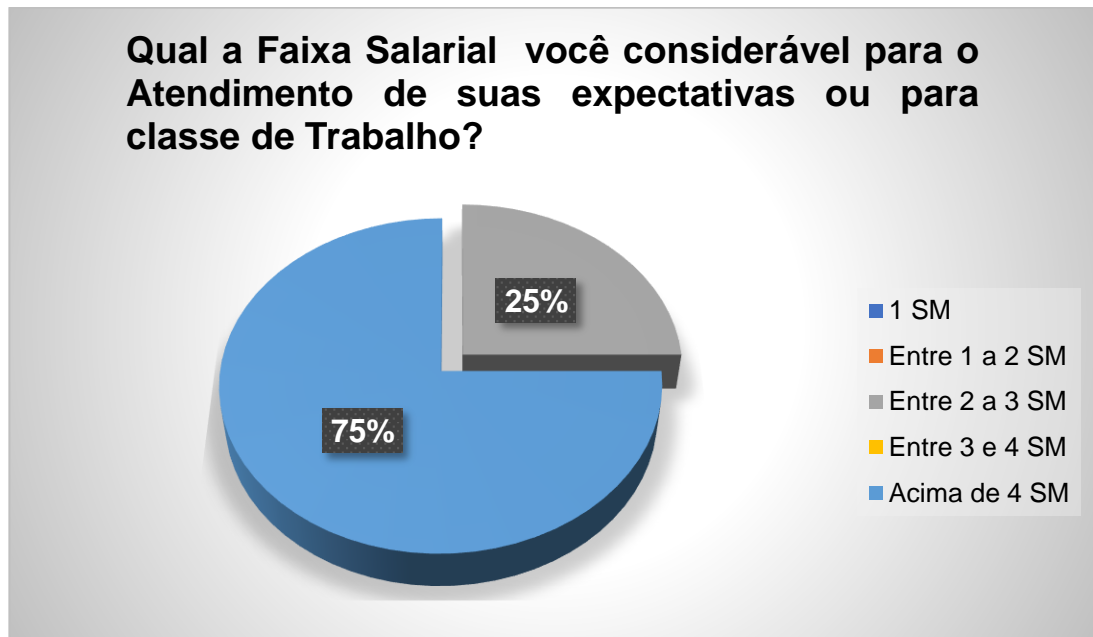
É clara a discrepância salarial entre os profissionais que atuam no âmbito municipal e os que atuam no âmbito federal. Foi evidenciado na pesquisa, que os profissionais concursados federais possuem um nível salarial muito superior aos profissionais que possuem como vínculo o contrato formal. É concreto nesse sentido que esses dados do município não representam uma característica nova no cenário nacional, eles simplesmente reforçam uma estatística que já vem sendo matéria de debate no Serviço Social. A pesquisa sobre o perfil profissional dos assistentes sociais do Brasil elaborada pelo CFESS (2005), afirma que o segundo maior empregador de assistentes sociais é a esfera municipal cerca de 40,97%, em certa medida esses vínculos ou formas de contratação é estabelecido através das características dos modelos flexíveis de acumulação, tais como contratações instáveis e terceirizações. As condições salariais se estabelecem de maneira restritivas aos profissionais, de fato a nível municipal o salário é o mais baixo. No que tange ao município de Cruz das Almas, percebe-se uma inquietação por parte dos profissionais no tocante aos

salários, dos quais afirmam que o município é um dos que detém a menor remuneração a categoria profissional, além disso, alguns profissionais afirmaram que outras profissões detêm um salário melhor em detrimento do próprio Serviço Social. Essa realidade compõem uma conjuntura de mudanças significativas no exercício profissional onde essas fragilidades do vínculo e salário aliado a precarização das condições materiais de trabalho, reflete diretamente na qualidade do serviço ofertado a população.

Na percepção de 50% dos entrevistados a remuneração que recebem não supre suas necessidades básicas eles afirmam que é “Insuficiente” ou “Pouco” além disso, perguntamos se essa remuneração associada ao tempo em que os profissionais investiram em formação profissional acadêmica atendia suas expectativas? A entrevistada 01 trouxe o seguinte relato: “Sim, durante a graduação, o investimento feito é alto e o curso, o profissional de serviço social é fundamental para os serviços”. Percebe-se na fala desta profissional certa incoerência já que ela afirma que a remuneração não atende suas necessidades básicas, porém quando fala a nível de investimento em formação, ela afirma que a remuneração atendeu as suas expectativas, de fato isso deve ocorrer pela falta de clareza da profissional em relação do que ela considera realmente razoável a nível de remuneração. A entrevistada 02 afirma que: “Não, porque o profissional é desvalorizado”, a inconsistente fala da profissional em somente afirmar a desvalorização do profissional reafirma a falta do sentimento de pertença da categoria. Acredita-se que dada a falta de uma maior aproximação crítica com a realidade profissional, aliada a falta de articulação com movimentos que discutam essa e outras demandas da profissão só reforça a fragilização a qual os profissionais estão vivenciando. Os outros 50% entrevistados informaram que a remuneração supre suas necessidades básicas e que associado ao tempo de investimento na formação atendeu suas expectativas. Isso dado reforça que dado os vínculos profissionais na qual estão inseridos, sua faixa salarial acima de quatro salários mínimos, a estabilidade e as condições básicas para executar suas atividades esses estão realmente mais confortáveis.

Buscando conhecer qual seria a faixa salarial razoável para o atendimento das necessidades e expectativas pessoais ou para a classe de trabalho obteve o seguinte resultado:

Gráfico 8 Opinião dos profissionais entrevistados a respeito da faixa salarial considerável para o atendimento das suas expectativas e da categorial – Cruz das Almas – Ba - 2018



Fonte: Elaboração própria - Pesquisa direta

Das entrevistadas, 75% concordam que o piso mínimo deveria estar acima de 4 salários mínimos (SM), apenas 01 das entrevistadas 25% expressou que o piso mínimo deveria ser entre 2 a 3 SM. Dados do CFESS no âmbito nacional a porcentagem em salários mínimos está posta da seguinte forma:

O nível salarial, em salários mínimos, apresenta a seguinte ordem de maior incidência: R\$ 960,00 a R\$ 1.440,00 (45,19%); R\$ 1.680,00 a R\$ 2.160,00 (20,54%); maior que R\$ 2.160,00 (18,59%) e de até R\$ 720,00 (15,68%). No que diz respeito à renda familiar, prevalece a de mais de nove salários mínimos (37,12%). (ALMEIDA, 2017 p.7).

Vale ressaltar que de fato as representações sindicais mobilizam-se afim de aprovar no Congresso Nacional um piso salarial por volta do R\$ 3.720,00²⁵. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), tem feito o acompanhamento da tramitação do Projeto de Lei (PL) nº 4022/08 como uma ação política de apoio à categoria (já que demandas trabalhistas não competem à atuação dos Conselhos de Profissão), assim como dos demais projetos de lei que abordam a atuação

²⁵ “O valor do piso salarial proposto, de R\$ 3.720,00 (referente a maio de 2009), quando o PL foi apresentado correspondia a 8 SM; se reajustado conforme previsto no projeto (atualizado pelo INPC na data da publicação da lei), hoje corresponde a mais ou menos R\$ 5.500,00. O que observamos é que esse patamar é praticado somente para uma parte minoritária dos/as profissionais” (CFESS, 2015).

profissional, e conseguiu negociar com o relator o valor de sete salários mínimos (a proposta inicial do Conjunto CFESS/CRESS foi de dez salários mínimos). A aprovação da PL ainda tem um longo percurso dentro do próprio congresso, e pouco se tem avançado no que se trata a questão salarial dos assistentes sociais.

Caso o projeto seja aprovado na CFT, ele ainda deverá passar pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC). Em seguida, o PL deverá ser apreciado ainda pelo Senado Federal e suas comissões. Se houver êxito, seguirá para sanção presidencial, para finalmente se transformar em lei federal. (CFESS, 2016).

Diante do cenário nacional, considerando a dita “crise econômica” observa-se uma retração de direitos por parte do atual governo, aliado a isso está o cenário político conturbado que o país passa a exemplo da Operação Lava Jato. Tendências neoliberais ideológicas inferidas pela mídia golpista de que o grande causador da crise econômica atual se dá por conta dos “excessos” dos gastos públicos, “com isso, criou uma política de ajustes fiscais que atinge os direitos humanos, ambientais, sociais, culturais, trabalhistas e sindicais”. (ALMEIDA 2017, p.2). A perspectiva não é das mais otimistas, certamente esses rebatimentos trará para a classe trabalhadora muitos danos. Ao mesmo tempo em que movimenta a necessidade de se articular em quanto coletivo afim de reafirmar os direitos conquistados.

Contudo, a reafirmação de direitos envolve necessariamente o reconhecimento da categoria enquanto unidade. Na categoria de assistentes sociais isso exige uma maior participação e articulação nos movimentos de sindicalização ou entidades de classe. Questionando as entrevistadas da pesquisa se participam de reuniões que discute a aprovação do piso salarial da categoria e ainda se participam de conselhos de direito ou políticas sociais 100% dos entrevistados afirmaram não participar. Esse dado releva um fato importante, que é não engajamento pessoal dessas profissionais nos debates entorno do bem comum. Esse dado ao mesmo tempo levanta o seguinte questionamento para a reflexão: Até em que medida os profissionais enquanto categoria se mobilizam a fim de reforçar a luta em torno da aprovação do piso salarial? Já que a grande maioria está insatisfeita com a remuneração oferta por parte dos seus empregadores? Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2004 e 2013, através das reflexões de ALMEIDA 2017, revelam que:

A taxa de sindicalização ou filiação a alguma entidade de classe e/ou movimento diminuiu significativamente de 29,7% em 2004 para 18,5%,

apesar da média nacional de 16,0%, em 2013 [...] Apenas 32% dos profissionais de Serviço Social registram algum tipo de participação política como militantes de base (44%), filiados (30%) e dirigentes (26%), sendo: 44,80% em movimento da categoria de assistente social, 32,18% em movimentos sociais, 12,62% em movimento partidário e 10,40% em movimento sindical. A participação é assídua em 54,08%. (ALMEIDA, 2017 p.9).

A nível nacional a sindicalização da categoria diminuiu expressivamente nos últimos anos, em certa medida isso fragiliza a luta da categoria, hoje com o fim da contribuição obrigatória aos sindicatos, só agrava a situação já que com o fim da contribuição muitos sindicatos deixam de existir e as categoriais profissionais perdem um aliado importante nos embates.

Retomando a pesquisa as profissionais opinaram sobre a mobilização da categoria profissional a respeito da luta pela aprovação do piso salarial. Segue no quadro abaixo as opiniões expostas:

QUADRO 2: Opinião dos profissionais de Serviço Social entrevistados, sobre a mobilização da categoria a respeito da aprovação do piso salarial - Cruz das Almas-BA- 2018.

Entrevistada 01	“Penso que falta fortalecimento na articulação da categoria”
Entrevistada 02	“Falta de mais participação e cobrança em relação ao CRESS”
Entrevistada 03	“Em grupos que participo percebo profissionais desestimulados pelos baixos salários, ora empregados ora desempregados, a lógica do capital tem sugado as forças da categoria que troca a mobilização direcionado seus esforços à própria sobrevivência”
Entrevistada 04	“Acho a luta válida, tendo em vista que se faz necessário uma regulamentação a acerca do salário, assim como efetivação dos direitos da categoria”

Fonte: Elaboração própria - Pesquisa direta.

Ao analisar a fala dos profissionais, fica claro que é unânime a questão da necessidade do fortalecimento da categoria, reconhecem também ao mesmo tempo as contradições nas relações de trabalho imposta pela lógica do capital e que apesar de todos os obstáculos a luta é válida consolidação pela aprovação. Contudo, algumas indagações se manifestam quando se analisa a falas das profissionais: O que falta para a categoria de assistentes sociais estarem articulados? O que essas profissionais

enquanto parte constituinte da categoria fazem se quando nos seus relatos eles desconsideram áreas de atuação que os mesmos fazem parte? E até a carga horaria definida em lei de 30 horas? Ocorre nesse sentido ocorre uma discrepância entre o discurso e a prática? Observa-se a extrema necessidade de:

Problematizar a violação dos próprios direitos dos assistentes sociais, na relação com a violação dos direitos dos trabalhadores, requer a definição de uma agenda de questões específicas conectada às lutas gerais da classe trabalhadora no tempo presente. Exige uma pauta mais ampliada, que inclui a organização e as lutas sindicais e trabalhistas, mas também o enfrentamento das dimensões complexas envolvidas nos processos e relações de trabalho nos quais os assistentes sociais estão inseridos. (RAICHELIS, 2011, p.427).

Nas análises fica também claro que a motivação para discutir e defender a aprovação de um piso salarial, depende também da condição salarial dos profissionais, no depoimento das profissionais concursadas e de nível salarial acima de 4 (quatro) SM, que apesar de reconhecerem a validade da luta pela aprovação, as opinião se estabeleciam a partir de certo distanciamento, até porque essas profissionais estão em condições salariais e de trabalho muito confortáveis em relação aos profissionais de vínculo fragilizados e com péssimas condições salariais.

Outra questão unanime entre todos os entrevistados é realmente a que todos afirmam ter conhecimento do código de ética profissional, a lei de regulamentação da profissão e a lei de 30 horas semanais. É unanime também que todos concordam que existe que a fragilização salarial é uma das maiores complexidades que dificultam a efetivação do exercício profissional. Contudo nenhuma das entrevistadas participam ou já participaram de reuniões que discutem a aprovação do piso salarial, ou de conselhos de direitos ou de políticas sociais. Esses espaços contribuem e muito para a discussão e deliberação de pautas importantes da categoria.

Há uma clara discrepância entre o discurso e a efetivação da prática. Esses questionamentos se põem aqui, apenas a mando de reflexão. De fato, em todo o país Assistentes Sociais se vêm insatisfeitos com a condições salariais da categoria, é claro que essa precarização atinge não os Assistentes Sociais, mas, toda a classe trabalhadora. Considerando a crise das profissões de nível superior no cenário atual, o projeto Neoliberal do Estado e seus rebatimentos para a classe trabalhadora, torna-se necessário que a mobilização seja menos ideológica e mais efetiva de fato.

Diante de todas essas informações é importante destacar que elas se tratam apenas de uma realidade um determinado município pesquisado, outras reflexões acerca desta problemática são sempre importantes na fomentação da discussão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demarca-se nesse trabalho a importância do profissional de Serviço Social na atuação das expressões da “Questão Social”, nas políticas sociais e a incansável defesa do direito da classe trabalhadora, sendo este, ao mesmo tempo parte constituinte desse cenário, tem seus direitos violados. Uma complexa reflexão, que certamente não finda aqui, todo esse contexto reafirma os resultados encontrados na pesquisa e estabelece concordância com os objetivos inicialmente propostos, que emanam da necessidade de maior visibilidade a este elemento enraizado no processo de precarização do trabalho dos Assistentes Sociais.

O fator determinante que sustenta este trabalho, sem dúvidas foi a realização de uma aproximação e investigação por parte do pesquisador junto aos profissionais que atuam diretamente em instituições de forte impacto, e estratégicas nas ofertas de serviços assistenciais.

Colocadas essas questões preliminares, fica claramente definido que o vínculo de trabalho estabelecidos entre os profissionais e as instituições determina de forma contundente o nível salarial. As tensões no município reforçam uma fragilidade de âmbito nacional na qual profissionais que trabalham sobre o regime de contrato temporários por meio da consolidação das leis trabalhistas (CLT), possuem uma remuneração indignamente inferior a de profissionais de nível estatutário. Acrescido a isso, ocorre também a particularidade da gestão municipal em remunerar melhor profissionais de outras áreas em detrimento do Serviço Social. Se tratando dos profissionais de nível estatutários verifica-se uma maior conformidade das condições materiais para a realização e efetivação de suas atribuições, tendo a questão salarial pouca relevância a este grupo. Diante disso ficou evidente as complexidades que envolvem a formação dos vínculos de trabalho e a remuneração.

Dada as mudanças que incidem no mundo do trabalho, na redefinição de algumas áreas de atuação e ampliação de outras como é a que se propõe a Política Nacional de Assistência estabelecida pela constituição de 1988, recruta um considerável número de assistentes sociais inseridos nos diversos equipamentos que lhes competem. No âmbito municipal ocorre a maior concentração de profissionais. A maioria são a nível contratual de vínculos frágeis, autonomia extremamente limitada e um expressivo aviltamento de salários.

O fator político partidário é uma característica forte que por vezes determina a maior parte das contratações, a realização de concurso público no município não é pauta no rodízio de gestores, e mesmo que aconteça não é garantia de vagas serão destinadas para os Assistentes Sociais²⁶, já que as vagas destes e outros profissionais são estratégicas na barganha político-partidária.

No objetivo de analisar o exercício profissional do Serviço Social no município, ficou evidente que o exercício está diretamente ligado as consequências da reestruturação produtiva do capitalismo e os rebatimentos junto a classe trabalhadora. No município existe um quantitativo de 80 profissionais registrados no CRESS/BA, contingente bem expressivo, contudo não se pode afirmar que todos estão atuando profissionalmente. Majoritariamente a profissão é exercida por profissionais do sexo feminino, o maior empregador de Assistentes Sociais é o setor público, a atuação profissional está presente nas áreas da assistência social, seguridade, saúde, previdência social, e educação²⁷. Dentre as diversas atribuições que competem aos profissionais estão o planejamento, monitoramento, formulação, execução, e avaliação das políticas sociais. Em relação ao nível salarial na pesquisa, ficou destacada a discrepância entre os profissionais que atuam no âmbito municipal mais especificamente na assistência, onde a média fica em torno de 2 (dois) salários mínimos, já os profissionais de nível estatutário giram em torno de 4 (quatro) salários mínimos. Há forte incidência de contratação temporárias e inexistência de concursos públicos. Vale destacar que no âmbito da formação profissional o município se destaca como polo formador de Assistentes Sociais, contando com cerca de 06 instituições cadastradas na base oficial do e-MEC.

A precarização salarial é uma inquietação da categoria profissional de Serviço Social no município analisado, de fato ela inviabiliza a efetivação do exercício profissional. Na percepção dos profissionais mais fragilizados entrevistados, a remuneração que recebem não supre suas necessidades básicas, eles afirmam que

²⁶ Diante dessas reflexões fica claro que as vagas para assistentes sociais no município servem como moeda de barganha entre blocos políticos da cidade que se revezam no poder município, vale destacar que isso não ocorre apenas no âmbito do Serviço Social, contudo dado ao contingente de profissionais com vínculo de trabalho extremamente fragilizado, a categoria se destaca em relação a outros campos profissionais.

²⁷ Não se restringe a apenas esses campos, há também profissionais que atuam no Terceiro Setor, como foi identificado no mapeamento realizado previamente a pesquisa.

a mesma é “Insuficiente” ou “Pouca”, justificam sua fala afirmando que o Serviço Social é fundamental na oferta dos serviços de cunho social, além disso durante o processo de formação profissional o investimento é alto, e que a remuneração não supre suas necessidades básicas sendo necessário atuar em dois ou mais lugares. Contudo, diante das análises ficou evidente também certas inconsistências nos posicionamentos, algumas falas associam a precarização salarial apenas ao termo “desvalorização”, que dentro desta perspectiva de análise está associada a falta do sentimento de pertencimento da categoria, dada a falta de uma maior aproximação crítica com a realidade profissional, aliada a falta de articulação com movimentos que discutam essa e outras demandas da profissão, só reforça a fragilização a qual os profissionais estão vivenciando. Se tratando dos demais profissionais entrevistados em situação mais confortável, fica claro em suas falas que a remuneração supre suas necessidades básicas, e associado ao tempo de investimento na formação atende suas expectativas, isso reforça o cenário nacional, onde os profissionais estatutários possuem no geral uma faixa salarial acima de quatro salários mínimos, essa estabilidade e as condições básicas para executar suas atividades, os colocam em uma situação de privilégio diante dos demais colegas de profissão.

Os profissionais reconhecem que um piso acima dos quatro salários mínimos seria considerado razoável para conseguir exercer suas atribuições com conformidade, já que se concluiu que a questão salarial é um dos fatores que mais dificultam a consolidação do exercício profissional. Ficou expressa a necessidade do fortalecimento da categoria, que reconhece as contradições nas relações de trabalho imposta pela lógica do capital, e que apesar de todos os obstáculos conferidos, enxerga que a luta é válida na consolidação pela aprovação do piso salarial, todavia o engajamento da categoria é uma fragilidade que dificulta o avanço dessa pauta. Na análise realizada nenhuma das entrevistadas participam ou já participaram de reuniões que discutem a aprovação de um piso salarial, ou de conselhos de direitos ou de políticas sociais. Ocorre uma discrepância entre o discurso e a verdadeira efetivação da prática.

Acredita-se que dentro do que se propôs este trabalho, houve uma busca constante afim de se refletir acerca das complexidades que permeiam o cenário da remuneração do Serviço Social. O referencial teórico disponível permitiu uma maior aproximação com o mundo do trabalho, e certamente contribuiu de forma positiva para

a construção desse estudo, assim como evidenciou o movimento do capital, suas contradições e rebatimentos para a classe trabalhadora. Acrescenta ainda que a realização deste trabalho possibilitou, além do amadurecimento enquanto ser em formação, a chance de trocar e compartilhar vivências e experiências, entendendo que diante de todas as complexidades que envolve o Serviço Social, a percepção de que a luta é grande e laboriosa, porém inspiradora.

Por fim, cabe ressaltar que muito além de apenas um trabalho de conclusão de curso, este material, se torna útil na medida em que buscar acender possíveis horizontes para esse debate. Insere-se como uma ferramenta para fomentar discussões em torno dessa temática, auxiliando a construção de políticas públicas nesse campo e proporcionando aos profissionais e pesquisadores uma nova perspectiva de análise a respeito dos rebatimentos da questão salarial no Serviço Social.

Contudo, no âmbito do Serviço Social a problemática da precarização salarial requer estudos mais aprofundados, tratando-a como centralidade, neste entendimento essa é uma questão crucial no exercício profissional. Porém, este material elucidativo se insere como ferramenta para enriquecer a discussão. Cabe colocar que este debate não se encerra aqui, a busca é incansável.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. L. G. D. **Transformações Societárias E Serviço Social: Uma Análise Do Mercado De Trabalho Profissional. XX SEMOC - UCSAL**, Salvador, 23 a 27 out 2017. 01-14.

ANDRADE, M. A. A. R. A. D. **O Metodologismo E O Desenvolvimentismo No Serviço Social Brasileiro – 1947 a 1961. Serviço Social & Realidade**, FRANCA SP, p. 268-299, 2008.

ASSUMPÇÃO, R. P. S.; CARRAPEIRO, J. D. M. **Ditadura e serviço social no Brasil: contribuições para prosseguir rompendo com o conservadorismo na profissão. REVISTAS PUCSP**, SÃO PAULO, p. 1-14, MAIO 2014. Acesso em: 15 Outubro 2017.

BARROCO, M. L. S. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. LEI N. 8.662 DE 7 DE JUNHO DE 1993. **Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências**, Brasília,DF, jun 1993.

_____. **DECRETO Nº 6.096, de 24 DE abr de 2007. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**, Brasília,DF, 24 abr 2007. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 09 jan 2018.

CFESS. CFESS Conselho Federal de Serviço Social. **Cfess.org.br**, jun 1993. Acesso em: 15 jan 2018.

_____. **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. BRASÍLIA. 2005. il.

_____. **Conferências e Deliberações do 37º Encontro Nacional CFESS/CRESS**. Encontro Nacional CFESS/CRESS. BRASÍLIA - DF: Renascer. 2009. p. 1-96.

CRESS -RJ, 7. R. <http://www.cressrj.org.br/site/servico-social/>. **Conselho regional de de Serviço Social CRESS-RJ**.

_____.-RN. **Historia Do Cfess/Cress**
http://www.cressrn.org.br/paginas/historio_cfess_cress. **cressrn.org.br**. Disponível

em: <http://www.cressrn.org.br/paginas/historio_cfess_cress>. Acesso em: 2018 FEVEREIRO 2018.

DIEESE. **A situação do Trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012.

DRUCK, G. **Trabalho, Precarização E Resistências: novos e velhos desafios?** **Carderno CRH**, Salvador, v. 24, p. 37-57, 03 Fevereiro 2011. ISSN 01. Acesso em: 5 Setembro 2017.

ESTEVÃO, A. M. R. **O que é Serviço Social**. São Paulo: 6º ed. Brasiliense, 2005.

GUERRA, Y. et al. **O Debate Contemporâneo da “Questão Social”**. **JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, Maranhão, p. 1-9, 2007.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 8ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **CFESS Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS ABEPSS, 2009. p. 1-46.

_____, M. V. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, p. 609-639, out/dez 2014. ISSN 120. Acesso em: 26 Março 2018.

IAMAMOTO, M. V.; Carvalho, R. D. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico - metodológica**. São Paulo: Cortez, 2014.

LESSA, S. **Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LEWGOY, A. M. B.; Marciel, A. L. S. **O Projeto De Formação Em Serviço Social: Análise Da Sua Trajetória Histórica No Período 1996 A 2016**. **Temporalis**, p. 1-30, 2016.

_____, A. M. B.; Marciel, A. L. S.; Redeil, T. **A Formação Em Serviço Social No Brasil: Contexto, Conformação E Produção De Conhecimento Na Última Década**. **Temporalis**, p. 91-111, 2013.

MARTINS, E. A. **Serviço Social No Período Ditatorial Brasileiro: Os Aspectos Que Impulsionaram O Movimento De Reconceituação Da Profissão**, 2014. 1-13.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 21ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MONTÃO, C. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua genese, a "especificidade" e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social Uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64**. 8ª. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____, J. P. **Crise do capital e consequências societárias. Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, p. 416-419, jul/Set 2012. ISSN 111. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 9 outubro 2017.

OMENA, V. C. D. **O Movimento De Reconceituação Do Serviço Social E O processo De Renovação Crítica Da Profissão A Partir Dadécada De 1980 No Brasil**. scribd.com, 04 fev 2018. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/14943699/O-Movimento-De-Reconceituacao-Do-Servico-Social-E-O>>.

PASTORINI, A. **A categoria "questão social" em debate**. São Paulo: Cortez, 2010.

PAZ, F. A. R. **A Precarização No Trabalho Do Assistente Social Na Política De Assistência Social. VII jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luis - MA, 25 a 28 Agosto 2015. 1 -11. Acesso em: 12 Março 2018.

PEREIRA, L. D. **Enade no curso de Serviço Social: Análise dos Relatorios 2004-2013**. Temporalis, p. 1- 42, 2016.

PIANA, M. C. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Demandas e Respostas**. In: PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 85-117.

RIGON, A. et al. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Brasília,DF. 2012.

ROZENDO, F. H. D. C. et al. **Serviço Social, Trabalho E Direitos**. Cruz Das Almas: Ufrb, 2014.

SANTANA, E. T. D. **A Constituição Da Universidade Federal Do Recôncavo Da Bahia No Espaço Regional**. Edições UESB, 2012. 1-15.

SANTANA, E. T. D.; Fernandes, H. S. **Reestruturação urbana em cruz das almas e santo antônio de Jesus a partir da inserção da universidade federal do recôncavo da bahia. EDIÇÕES UEBS**, p. 1-10, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/ascmpa/article/viewFile/3694/3379>>. Acesso em: 13 Fev 2018.

SANTOS, L. B. **Avaliação da política de assistência estudantil na ufrb: impactos e resultados para a permanência de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica**. TCC Universidade Federal do Recôncavo da Bahia UFRB. Cachoeira, p. 82. 2014.

SEVERINO, J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23^a. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, A. M. et al. **Caracterização Do Trabalho, Mercado De Trabalho E Serviço Social No Recôncavo Baiano. TRABAJO SOCIAL**, Tandil, v. 3, n. 7, p. 74-85, julho 2012. ISSN ISSN 1852-2459.

SILVA, M. O. D. S. E. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 2002.

TRINDADE, R. L. P. **Tendências Do Mercado De Trabalho Do Serviço Social: descobertas e inquietações a partir dos dez anos de pesquisa sobre a realidade de Alagoas**. Universidade Federal de Alagoas -UFAL. Alagoas, p. 20. 2010.

UFRB. **Relatório Preliminar: Estudo Sobre Evasão Semestral Na Ufrb**. UFRB. CRUZ DAS ALMAS, p. 56. 2012.

VARGAS, G. **O Surgimento Das Primeiras Escolas De Serviço Social Na América Latina. O Plus do Serviço Social**, 10 abril 2014. Disponível em: <<http://assistentesocialplus.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 15 fev 2018.

VIANA, B. B.; Carneiro, K. K. C.; Gonçalves, C.. **O Movimento De Reconceituação Do Serviço Social E Seu Reflexo No Exercício Profissional Na Contemporaneidade**. Seminário Nacional De Serviço Social, Trabalho E Política Social. Santa Catarina: Ufsc. 27-29 Out 2015. p. 1-8.

APÊNDICE

Questionário da Pesquisa

Favor marcar com um X somente em uma única resposta que melhor se apresente para você.

Entrevistado (a) nº _____

Dados de Identificação:

1. **Sexo:** Masculino [] Feminino []

2. Faixa de Idade

[] Até 25 anos [] De 25 a 35 anos [] De 35 a 45 anos
 [] De 45 a 60 anos [] Acima de 60 anos

3. Formação Profissional

[] Pública [] Privada [] Privada EaD

4. Possui especialização? Qual?

[] Sim [] Não

5. Possui Pós-graduação?

[] Mestrado [] Doutorado [] Não possuo.

6. Qual a área de atuação?

[] Saúde [] Assistência [] Previdência
 [] Sócio jurídica [] Educação [] Outros.

7. Qual seu tempo de Atuação?

8. Atua profissionalmente em quantas instituições?

9. Qual a carga horária de trabalho por Instituição que mantém vínculo?

10. Qual é o seu vínculo empregatício?

Concurso público Contrato

11. Você já teve ou tem acesso a Tabela Referencial de Honorários do Serviço Social?

Sim Não

12. Qual sua faixa salarial?

Até 1 salário mínimo 1 a 2 salários mínimos

2 a 3 salários mínimos 3 e 4 salários mínimos

Acima de 4 salários mínimos.

13. Essa remuneração supre suas necessidades básicas?

Sim Não Por que?

14. Você considera que essa remuneração associada ao tempo em que você investiu em formação acadêmica, atende as suas expectativas?

Sim Não Por que?

15. Qual a faixa de Salário você considera razoável para o atendimento de suas necessidades e expectativas (ou para classe de trabalho)?

- 1 salário mínimo Entre 1 a 2 salários mínimos
 Entre 2 a 3 salários mínimos Entre 3 e 4 salários
 Acima de 4 salários.

16. Você considera que o vínculo empregatício formal reflete diretamente no salário Assistente Social? Se sim por que?

- Sim Não

17. Opine a respeito da média salarial dos Assistentes Sociais no município de Cruz das Almas?

18. Você participa de reuniões que discute a aprovação do piso salarial da categoria profissional?

- Sim Não

19. Você Conhece o Código de Ética do Assistente Social e a lei de regulamentação da Profissão?

- Sim Não

20. Você participa de conselhos de Direitos ou de Políticas Sociais?

- Sim Não Se sim. Qual(is)?

21. Qual a sua opinião em relação a mobilização da categoria profissional a respeito da luta pela aprovação do Piso salarial?

Muito obrigado pela sua contribuição.

TERMO DE CONSENTIMENTO

TÍTULO DA PESQUISA: PRECARIZAÇÃO SALARIAL DO SERVIÇO SOCIAL: Um estudo de caso no município de Cruz das Almas- Ba.

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB- Coordenação de Serviço Social.

Eu _____, declaro que estou ciente da minha participação na pesquisa como o título acima citado que tem como objetivo principal; discutir a relação entre o vínculo e a remuneração de trabalho dos profissionais de serviço social no município de Cruz das Almas - Ba.

A minha participação será registrada através da aplicação de um questionário. Fica acordado que a minha identidade será inteiramente preservada e que as informações por mim fornecidas serão exclusivamente utilizadas para fim de pesquisa científica. Os resultados do estudo serão divulgados em congressos, publicações científicas e/ou publicações de modo geral.

Estou ciente que se trata de uma atividade voluntária e que a participação não envolve remuneração. Tenho total liberdade de não responder a determinadas questões, tirar dúvidas durante o processo de estudo, excluir do material da pesquisa informação que tenha sido dada ou desistir da minha participação em qualquer momento da pesquisa, exceto após a publicação dos resultados. Também posso recusar e/ou retirar este consentimento, informando aos pesquisadores, sem prejuízo para ambas às partes a qualquer momento que eu desejar.

Após ter lido e discutido com o pesquisador os termos contidos neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordo em participar da pesquisa. A minha participação é formalizada por meio da assinatura deste termo em duas vias, sendo uma retida por mim e a outra pelo pesquisador.

Cachoeira, ____/____/20____.

Participante - Assinatura: _____

Nome completo: _____

Pesquisador - Assinatura: _____

Nome completo: _____